



*Marcos Jorge Dias*  
*Maria Letícia Marques*  
*(Organizadores)*

**Chico Mendes na COP 30**  
**Reservas Extrativistas**

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

**354**

SENADO FEDERAL



O conceito de reserva extrativista (Resex) surgiu em 1985, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, liderado por Chico Mendes. Esse evento aconteceu em Brasília, apoiado por organizações não governamentais e grupos universitários, e deu início à proposição da “reforma agrária dos seringueiros”. Nesse debate, surgiu a ideia de Resex como espaço público, concedido a comunidades locais que têm na terra e nos seus recursos naturais sua condição fundamental de vida, de participação econômica e política, de produção e expressão sociocultural.

CHICO MENDES NA COP 30

04

# RESERVAS EXTRATIVISTAS

Angela Maria Feitosa Mendes  
Júlio Barbosa de Aquino  
(Apresentação)

Atanagildo de Deus Matos (Gatão)  
Carlos Walter Porto Gonçalves  
Chico Mendes

Cristovam Buarque  
Elson Martins

Elson Pacheco da Silva  
Eugênio Scannavino Netto  
Gomercindo Rodrigues

Jorge Terena  
Júlio Barbosa de Aquino

Kleyton Moraes  
Leide Aquino

Lúcia Helena de Oliveira Cunha  
Mauro Almeida

Osmarino Amâncio Rodrigues  
Pedro Ivo Batista

Pedro Ramos de Sousa

Marcos Jorge Dias  
Maria Leticia Marques  
(Organização)



Xapuri Editora  
Outono 2025

SENADO  
FEDERAL



## **Senado Federal**

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

*Presidente*

Senador Eduardo Gomes

*1º Vice-Presidente*

Senador Humberto Costa

*2º Vice-Presidente*

Senadora Daniella Ribeiro

*1ª Secretária*

Senador Confúcio Moura

*2º Secretário*

Senadora Ana Paula Lobato

*3ª Secretária*

Senador Laércio Oliveira

*4º Secretário*

### *Suplentes de Secretário*

Senador Chico Rodrigues  
Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus  
Senadora Soraya Thronicke

### *Conselho Editorial*

Senador Randolfe Rodrigues  
*Presidente*

Esther Bemerguy de Albuquerque  
*Vice-Presidente*

### *Conselheiros*

Alexandre de Souza  
Santini Rodrigues  
Ana Cláudia Farranha  
Ana Flavia Magalhães Pinto  
Ana Maria Veiga  
Alcinéa Cavalcante  
Bruno Lunardi Gonçalves  
Carlos Ricardo Caichiolo

Esmeraldina dos Santos  
Heloisa Maria Murgel Starling  
Ilana Trombka  
João Batista Gomes Filho  
Marco Américo Lucchesi  
Nathalia Henrich  
Rafael André Vaz Chervenski  
Victorino Coutinho Chermont  
de Miranda

CHICO MENDES NA COP 30

04

# RESERVAS EXTRATIVISTAS

Angela Maria Feitosa Mendes  
Júlio Barbosa de Aquino  
(Apresentação)

Atanagildo de Deus Matos (Gatão)  
Carlos Walter Porto Gonçalves  
Chico Mendes  
Cristovam Buarque  
Elson Martins  
Elson Pacheco da Silva  
Eugênio Scannavino Netto  
Gomercindo Rodrigues  
Jorge Terena  
Júlio Barbosa de Aquino  
Kleyton Moraes  
Leide Aquino  
Lúcia Helena de Oliveira Cunha  
Mauro Almeida  
Osmarino Amâncio Rodrigues  
Pedro Ivo Batista  
Pedro Ramos de Sousa

Marcos Jorge Dias  
Maria Leticia Marques  
(Organização)

PARCERIA



Edições do Senado Federal, vol. 354

Copyright 2025 @ Comitê Chico Mendes

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. Expressões próprias dos povos da floresta e das lutas de resistência foram mantidas na forma em que aparecem nos depoimentos e documentos de referência.

**Preparo Editorial - Revista Xapuri: Capa** - Leonardo Matoso. **Projeto Gráfico** - Emir Bocchino, Zezé Weiss. **Pesquisa** - Angela Mendes, Arthur Wentz Silva, Eduardo Pereira, Jailanne Maria da Costa de Almeida, Janaina Faustino, Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques. **Organização** - Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques. **Revisão** - Arthur Wentz Silva, Janaina Faustino, Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques. **Edição** - Zezé Weiss. **Diagramação** - Emir Bocchino. **Produção** - Janaina Faustino.

**Depoimentos e Textos:** Atanagildo de Deus Matos (Gatão), Carlos Walter Porto Gonçalves, Chico Mendes, Cristovam Buarque, Elson Martins, Elson Pacheco da Silva, Eugênio Scannavino Netto, Gomercindo Rodrigues, Jorge Terena, Júlio Barbosa de Aquino, Kleyton Moraes, Leide Aquino, Lúcia Helena de Oliveira Cunha, Mauro Almeida, Osmarino Amâncio Rodrigues, Pedro Ivo Batista, Pedro Ramos de Sousa. **Imagens:** Acervo CNS, Acervo Comitê Chico Mendes, Acervo CUT, Acervo IEA, Greenpeace, Hélio Melo, ICMBio, Leonardo Milano/Jornal Varadouro, Miranda Smith, Ramon Aquim/WWF Brasil; SOS Amazônia. **Coordenação:** Comitê Chico Mendes, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). **Parcerias:** Fundação Banco do Brasil, Senado Federal.

---

Reservas extrativistas / Angela Maria Feitosa Mendes, Júlio Barbosa de Aquino (apresentação) ; Atanagildo de Deus Matos (Gatão) ... [et al.] ; Marcos Jorge Dias, Maria Letícia Marques (organização). -- [S. l.] : Xapuri Editora ; Brasília : Senado Federal [impressor], 2025. 110 p. : il. -- (Edições do Senado Federal ; v. 354) (Chico Mendes na COP 30 ; n. 04)

ISBN: 978-65-5676-671-3

1. Conservação da natureza, Brasil. 2. Unidade de conservação. 3. Amazônia, conservação. 4. Mendes, Chico, 1944-1988, homenagem póstuma. I. Matos, Atanagildo de Deus. II. Dias, Marcos Jorge, org. III. Marques, Maria Letícia, org. IV. Série.

CDD 333.72

## APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO COP30

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), pela primeira vez sediada na Amazônia brasileira — em Belém, no estado do Pará —, representa um marco histórico e uma oportunidade singular para o Brasil reafirmar seu compromisso com a preservação ambiental e com a construção de um futuro sustentável e justo. Em um mundo cada vez mais impactado por eventos extremos como secas prolongadas, inundações, incêndios florestais e o avanço do nível dos oceanos, a conferência desponta como espaço crucial para reverter trajetórias de destruição e reafirmar o compromisso global com a sustentabilidade. Esta cúpula multilateral carrega a responsabilidade de transformar promessas em ações concretas. O que está em jogo não é apenas o futuro das próximas gerações, mas o presente de milhões que já enfrentam os efeitos da degradação ambiental.

É nesse contexto que o Conselho Editorial do Senado Federal lança a Coleção COP30, um conjunto de obras que expressa o esforço do Parlamento em contribuir com o debate climático a partir de múltiplas perspectivas: científica, literária, educativa e política.

Destaco, com especial alegria, que Macapá — a capital do meu amado estado — será subsede desta conferência histórica. Para nós, amapaenses, que vivemos no estado mais preservado do Brasil, trata-se de uma ocasião ímpar para apresentar ao mundo nossas riquezas naturais, nossa cultura vibrante e o valor da

nossa gente. Somos guardiões de parques, de unidades de conservação, de rios que alimentam a terra e o espírito. Somos prova viva de que é possível manter a floresta em pé e, ao mesmo tempo, construir um modelo de desenvolvimento baseado nos frutos da floresta e nas potencialidades do território. Aliás, quem nunca viu o Amazonas não conhece o Brasil em sua inteireza. Ser banhado por esse rio é um privilégio imensurável. A COP30 será também o momento de mostrar nossas urgências. Nosso povo precisa de dignidade, de oportunidades, de justiça social. Preservar a floresta é inadiável; garantir justiça para quem nela vive é igualmente essencial.

A coleção apresenta reflexões sobre a Amazônia em toda a sua complexidade humana, cultural e ambiental. Reúne narrativas que resgatam memórias e vivências das populações tradicionais, análises profundas sobre a realidade socioambiental brasileira e textos voltados à educação e à sensibilização das novas gerações. Essas obras revelam os desafios enfrentados pelo país diante das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que apontam caminhos possíveis para uma transição justa, com metas efetivas de redução das emissões de gases de efeito estufa, ampliação do uso de energias renováveis, preservação de ecossistemas e fortalecimento de políticas públicas voltadas à adaptação dos territórios e à proteção das populações mais vulneráveis.

A emergência climática impõe também a mobilização de recursos financeiros para que países em desenvolvimento possam implementar medidas concretas de mitigação e adaptação de forma justa e equitativa.

Como alertou o Papa Francisco, em sua memorável encíclica *Laudato Si'*, “o impacto mais grave das mudanças climáticas recai sobre os mais pobres”. Por isso, qualquer solução ambiental verdadeiramente sustentável deve estar comprometida também com a superação das desigualdades sociais entre pessoas e entre nações.

Nesse sentido, os livros da Coleção COP30 dialogam com as discussões mais atuais sobre financiamento climático e sobre a urgência de mecanismos internacionais mais eficazes e solidários. Ao mesmo tempo, reforçam a centralidade da justiça climática, compreendida como a garantia de que nenhuma comunidade seja deixada para trás, especialmente aquelas que, historicamente, mais contribuíram para a preservação dos ecossistemas: povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas e demais grupos tradicionais.

A COP30 convida o mundo a escutar a floresta e seus guardiões, a considerar o saber ancestral em diálogo com a ciência e a construir pactos justos e eficazes em defesa da vida no planeta. A escolha da Amazônia como sede não é apenas simbólica: representa o reconhecimento da centralidade dos biomas tropicais e da urgência em protegê-los. Afinal, o que acontece na Amazônia repercute em todo o planeta.

Com títulos como *Estudos da Amazônia Contemporânea*, *Cuidando da Nossa Terra*, *30 Anos de Floresta*, *Os Balateiros do Maicuru*, *Os Naufragos do Carnapijó*, *O Ouro do Jamanxim e as versões adulta e infantil da Carta da Terra*, a coleção propõe uma visão ampla, plural e engajada do papel do Brasil — e de suas instituições — no enfrentamento da crise climática. In-

clui ainda a *Coletânea Chico Mendes*, com seis volumes dedicados à vida, à luta e ao legado de um dos maiores defensores da floresta e dos povos amazônicos, além da *Coleção Amazonidades*, que valoriza os saberes locais e a diversidade cultural da região.

Mais que um conjunto de publicações, a Coleção COP30 é uma contribuição concreta do Senado Federal para a construção de uma consciência climática pautada na ciência, na democracia e nos direitos humanos. É a expressão de um compromisso com o futuro — um futuro que precisa ser construído agora, com responsabilidade, coragem e solidariedade.

Senador Randolfe Rodrigues  
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

## APRESENTAÇÃO

Em novembro de 2025 o Brasil sediará, na cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, ou simplesmente Belém do Pará, capital do estado amazônico do Pará, a 30ª Conferência Anual das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30).

Ali, às margens do rio Amazonas, os povos das florestas, dos campos e das águas; as comunidades tradicionais dos seis biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampas; e os povos gerais do mundo buscarão, uma vez mais, encontrar caminhos para, como um dia disse Chico Mendes, “salvar a própria vida no planeta Terra.”

Referendado em legislação federal vigente (Lei 12.892/2013), Chico Mendes é, no Brasil, o Patrono Nacional do Meio Ambiente. Portanto, nada mais justo do que destacar, na COP 30, a memória e o legado do maior ambientalista brasileiro de todos os tempos.

Esta coletânea, “Chico Mendes na COP 30”, contribui com este objetivo. São livros simples, organizados a partir de depoimentos e textos escritos por companheiros e companheiras de Chico Mendes, ao longo do tempo. Que sua leitura possa envolver corações e mentes com a paz planetária um dia sonhada por Chico Mendes.

Angela Maria Feitosa Mendes  
Presidenta do Comitê Chico Mendes

Júlio Barbosa de Aquino  
Presidente do CNS

## CRÉDITOS E REFERÊNCIAS

Em grande parte, os textos que compõem este livro, “Reservas Extrativistas”, foram extraídos das páginas virtuais do Instituto para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), do Comitê Chico Mendes, do CNS e do Jornal Varadouro. Há, também, excertos do livro “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, de Gomercindo Rodrigues, publicado pelas editoras UFAC/Xapuri em 2015. O texto de Angela e Angélica Mendes vem do site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Também foi consultada a documentação sobre Reservas Extrativistas no [www.infoteca.cnptia.embrapa.br](http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br). E o crédito de capa à Mary Allegretti se dá por sua presença fundamental em todo o processo de viabilização das Reservas Extrativistas. Os demais depoimentos e textos foram extraídos da 3ª edição do livro Vozes da Floresta, publicado pela editora Xapuri, em 2024. Os conteúdos todos foram organizados por Marcos Jorge Dias, professor, jornalista e escritor, autor dos livros “Face Oculta”, “Poemas Insensatos” e “Estórias do Aquiry e outros mundos”, publicados pela Editora Xapuri; e por Maria Letícia Marques, funcionária pública federal, lotada na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), estudante de Direito e redatora voluntária da Revista Xapuri. A produção é da gerente executiva da Xapuri, Janaina Faustino, a capa é do Emir Bocchino, nosso diagramador desde sempre, a edição (incluindo alguns títulos) é da jornalista Zezé Weiss, organizadora do livro “Vozes da Floresta”, fundadora e editora da Revista Xapuri. Apresentado por Angela Mendes e Júlio Barbosa de Aquino, o livro “Reservas Extrativistas”, preparado por sugestão de Pedro Ivo Batista, da Associação Alternativa Terrazul, faz parte da coletânea “Chico Mendes na COP 30”, produzida com o apoio da Fundação Banco do Brasil, para impressão pelo Senado Federal.



*Foto: Miranda Smith*

## RESERVAS EXTRATIVISTAS

Chico Mendes



*Foto: Acervo Comitê Chico Mendes*

A proposta das Reservas Extrativistas é o seguinte: as terras tão supostamente aí nas mãos dos grandes latifundiários. Em toda a área do Acre, apenas dez donos dominam todo o poderio de terras no Acre. Dez mandantes.

O que nós queremos é o seguinte: É que essas terras passem para o domínio da União, que o governo desaproprie essas áreas, que elas passem para o domínio da União, não do Estado, da União, e que elas se transformem em usufruto para os habitantes da floresta, ou seja, para os seringueiros.

E aí nós estamos colocando como proposta o cooperativismo, nós estamos colocando como proposta prioritária uma melhor forma de comercialização da borracha, a comercialização da castanha; nós queremos criar indústrias caseiras para dar prioridade às outras riquezas [da floresta].

Quando nós defendemos a Reserva Extrativista, e quando nós apostamos que a Reserva Extrativista é economicamente viável para o Brasil, para a Amazônia e para a humanidade, é porque nós não defendemos simplesmente hoje só a economia da borracha, não só a economia da castanha, mas a copaíba, os produtos extrativistas que são vários em toda a região da floresta e que estão sendo destruídos: o coco da tucumã, o patoá, o açaí, a copaíba...

Falta pesquisa nessa Amazônia, as árvores medicinais que é impossível serem contadas, falta pesquisa... Basta que o governo leve a sério e nos dê essa possibilidade que em pouco tempo nós vamos provar que é possível se conservar a Amazônia e transformar essa Amazônia numa região economicamente viável para o Brasil e para o mundo.

Isso, nós temos clareza disso!

**Fonte:** Depoimento gravado por Lucélia Santos, maio 1988.

## **CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS**

A ocupação da Amazônia nos séculos 19 e 20 esteve essencialmente associada aos ciclos da borracha, ouro e outros recursos naturais abundantes nesta região. Milhares de pessoas, principalmente nordestinos, migraram em busca de trabalho e terra, mas se depararam com regimes de semiescravidão, que os mantinham dependentes de seus “patrões”.

Com o passar das gerações, essas pessoas desenvolveram um modo de vida adaptado às condições locais e uma convivência harmônica com as florestas. Depois da Segunda Guerra Mundial, a decadência da economia da borracha e a ascensão de regimes militares impulsionaram a expansão da agropecuária associada a grandes obras de infraestrutura (abertura e pavimentação de rodovias que integram os eixos sul-norte do País, projetos hidroelétricos, etc.).

A indefinição fundiária das ocupações existentes (as chamadas “posses mansas”) acabou punindo seringueiros, castanheiros, indígenas e ribeirinhos por toda Amazônia, gerando inúmeros conflitos fundiários e o crescimento da violência no campo.

No Acre, sindicatos de trabalhadores rurais apoiados pela Igreja Católica (movimentos eclesiais de base (MEBs) desenvolveram a prática dos “empates”, uma forma pacífica de resistência ao desmatamento praticado por grandes fazendeiros, incentivados pelo governo federal a ocupar um suposto “vazio demográfico” na Amazônia.

No vocabulário amazônico, “empatar” significa “impedir”. O empate às derrubadas foi uma iniciativa local que resultou da organização do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais do Acre, em Brasília, e da consciência sobre o direito de posse, assegurado pelo Estatuto da Terra.

O conceito de reserva extrativista (Resex) surgiu em 1985, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, liderado por Chico Mendes. Este evento aconteceu em Brasília, apoiado por organizações não governamentais e grupos universitários, e deu início a proposição da “reforma agrária dos seringueiros”.

Nesse debate, surgiu a ideia de Resex como espaço público, concedido a comunidades locais que têm na terra e nos seus recursos naturais sua condição fundamental de vida, de participação econômica e política, de produção e expressão sociocultural.

O acirramento dos conflitos fundiários culminou com o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, episódio com enorme repercussão nacional e internacional, entre grupos ambientalistas, de direitos humanos e bancos financiadores dos projetos de infraestrutura.

A Amazônia e seus povos deixaram de ser algo distante e se instalaram no centro da crise brasileira. Foi assim que, em 1989–1990, criou-se uma nova figura jurídica – a da Reserva Extrativista – dentro da legislação brasileira sobre unidades de conservação (UCs).

**Fontes:** [www.cnsbrasil.org](http://www.cnsbrasil.org); [www.institutoestudosamazonicos.org.br/reservas-extrativistas](http://www.institutoestudosamazonicos.org.br/reservas-extrativistas); CTA-Acervo Histórico.

## UMA IDEIA QUE COMEÇOU LÁ ATRÁS, NO TEMPO DOS EMPATES

Leide Aquino

Ainda adolescente, comecei a minha militância nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, de onde segui direto para o Movimento dos Seringueiros aqui do Acre. Tive o privilégio de participar do início da discussão sobre as Reservas Extrativistas que, de fato, começou a partir da luta dos empates, na metade dos anos 1970.

Da resistência nos empates fui para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, para trabalhar com as mulheres. Aí tive a minha primeira participação direta na gestão de um movimento.

Sinto orgulho em dizer que o nosso Sindicato de Xapuri foi o primeiro no estado do Acre a organizar um Encontro Municipal de Mulheres Extrativistas, em maio de 1988, sendo que a maioria delas eram mulheres seringueiras.

Daí, fui para a coordenação regional do CNS aqui no Acre, onde tive a oportunidade de organizar a discussão sobre como queríamos que fosse uma Reserva Extrativista. Na prática, já estava decidido que a Reserva Extrativista seria uma área enorme, respeitando as colocações e o uso dos recursos naturais renováveis da floresta pelos seringueiros, mas o que a gente ia fazer, como ia fazer, isso nem nós sabíamos.

Esse foi um tempo de muitas discussões sobre o extrativismo, sobre o meio ambiente, especialmente dentro

da Contag, que até então praticamente desconhecia o nosso esforço aqui no Acre para conciliar a questão da agricultura e da produção familiar com a questão ambiental.

Nesse sentido, tivemos um papel muito importante. Lembro que a primeira vez em que participei dos encontros da Contag. Achava-me um peixe fora d'água, porque aquilo que os companheiros e companheiras estavam discutindo em Brasília e no restante do país não era o que a gente discutia na nossa região.

Um dos nossos principais avanços é termos conseguido estabelecer que as especificidades da região amazônica, principalmente das suas comunidades, das suas populações tradicionais, requerem um tratamento diferenciado por parte dos governos, da iniciativa privada e das próprias entidades da sociedade civil organizada.

Essa bandeira fomos nós que levantamos, e essa é uma conquista que ninguém vai conseguir tirar da gente. Toda essa questão da luta pela terra, da demarcação das terras indígenas e da conquista das Reservas Extrativistas é hoje uma realidade em nossas vidas.

Hoje, a condição dos seringueiros, dos indígenas, das comunidades tradicionais está melhor porque, pelo menos, temos esse diálogo com o Estado.

Na época do Chico, o Poder Público mantinha uma distância tão grande que, para nós, ter ou não ter governo não fazia a menor diferença.

Hoje, do nosso jeito acreano, seguimos na luta, honrando a memória, o legado e os ideais de Chico Mendes.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

## DA LUTA VIERAM O CNS E AS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Osmarino Amâncio Rodrigues

Para nós, seringueiros, a década de 80 foi um tempo de dor e de conquistas – criamos o CNS, o conceito das Reservas Extrativistas e, com os povos indígenas, a Aliança dos Povos da Floresta. A gente preferia não ter nada disso e ter o Chico Mendes vivo.

Mas a morte do Chico não foi em vão, como ele imaginou. Depois dela, acabou a tragédia das mortes anunciadas, pelo menos em Xapuri. Na nossa região, o Movimento resolveu o problema fundiário, em grande parte com a criação das Reservas Extrativistas.

Com o tempo, abrimos portas para os nossos produtos, e hoje tem educação no seringal, não do jeito que a gente quer, porque a escola não organiza a luta, mas ainda assim é uma escola.

Acho que a Rainha da Floresta exigiu esse sacrifício do Chico para salvar as nossas vidas.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



## EMPATES DE DERRUBADA

Júlio Barbosa de Aquino

Com a chegada dos pecuaristas, vindos do sul do país em meados dos anos 1970, pra botar por terra nossas áreas de floresta, a situação ficava cada vez mais difícil pro nosso lado. Foi aí que nós começamos a usar um instrumento muito importante aqui na nossa região, que batizamos de empate.

Assim como nos jogos de futebol, a gente sempre queria pelo menos empatar, então, no nosso caso, o empate era para resistir, para que, ao menos, o fazendeiro não derrubasse nossas árvores e não destruísse nossas colocações, que é o lugar onde moramos com nossas famílias.

No começo, as famílias tentavam resistir por elas mesmas. Depois, a comunidade passou a ser mobilizada pelo Sindicato, que organizava a ida para a área que estava pra ser desmatada. Era uma forma simples e pacífica, mas muito organizada, de resistência.

A gente montava uma barreira humana, formada pelas pessoas que viviam no seringal, as mulheres e as crianças iam junto, os velhos também, e todo mundo se colocava em frente às foices dos peões e jagunços onde havia tentativa de desmatamento.

Como os peões e jagunços eram pessoas simples, muitos deles eram até parentes nossos que estavam ali só cumprindo ordens dos patrões. A gente tentava explicar pra eles que, se fizessem o desmatamento, a vida deles e das famílias deles também estavam sendo ameaçadas. Às vezes funcionava, ou pelo menos a turma ga-

nhava tempo pra alguém de nós tentar algum recurso na cidade, outras vezes não funcionava.

Dos cerca de 45 empates que fizemos entre 1976 e 1988, o último com a participação de Chico Mendes foi o empate do Cachoeira, em maio de 1988. Em uns 15 conseguimos, de fato, empatar a derrubada.

Os empates foram muito importantes em nossa luta, porque fortaleceram nossa união, serviram de base para a formação do CNS e também para a construção do nosso modelo de reforma agrária para a Amazônia, as Reservas Extrativistas.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª e 3ª edições, editora Xapuri, 2008, 2024.



## **I ENCONTRO NACIONAL DOS SERINGUEIROS**

O Conselho Nacional dos Seringueiros, desde 1997 Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a sigla CNS, foi criado no dia 17 de outubro de 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília.

Foi um evento histórico, realizado na Universidade de Brasília, com a presença de mais de 100 representantes de seringueiros, castanheiros, pescadores dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará e Amapá.

Muitos deles saíram da floresta pela primeira vez e levaram vários dias para chegar em Brasília vindo dos lugares mais distantes da Amazônia.

O Encontro foi uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC), como resultado de uma parceria entre a Fetacre-AC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Acre), dos seringueiros do Amazonas, da Associação dos Seringueiros e Soldados da Borracha de Rondônia, com apoio do IEA (Instituto de Estudos Amazônicos), do INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos), do Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória e da UnB.

A convocação do líder sindical Chico Mendes foi baseada em uma pauta de grande relevância para o momento em que se iniciava o processo de redemocratização no país: Reforma Agrária apropriada para os seringueiros, educação, saúde e política de valorização da borracha nativa.

Foi durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros que o CNS apresentou o conceito das Reservas Extrativistas como um modelo apropriado de Reforma Agrária dos seringueiros, tomando como inspiração as Reservas Indígenas.

**Fontes:** [www.cnsbrasil.org](http://www.cnsbrasil.org); [www.institutoestudosamazonicos.org](http://www.institutoestudosamazonicos.org); CTA-Acervo Histórico.



# ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA



11 a 17 de outubro de 1985  
Auditório da Faculdade de Tecnologia - UnB  
Brasília - DF

Initiativa: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri-Acre. Promoção: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do  
Estado do Acre - Seringueiros do Amazonas - Associação de Seringueiros e Colhedores da Roraima de Roraima.  
Apoiar: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (INES) - Ministério de Cultura - Comissão Nacional pro-Memória -  
Universidade de Brasília.

Imagem: Acervo CNS

## “SERES FORA DO TEMPO”

Lúcia Helena de Oliveira Cunha

A partir de 1985, as Reservas Extrativistas ganharam expressão no cenário nacional e internacional, passando por amplo debate nos diferentes setores sociais (governos, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais), que deram visibilidade aos seringueiros protagonistas da proposta.

Antes dessa “aparição”, os seringueiros eram vistos como seres fora do tempo. Mas, operando em redes sociais entrelaçadas, o movimento dos seringueiros inaugurou, na década de 1980 (ou desde os anos 70, com os empates), práticas políticas inovadoras, articulando várias entidades de mediação nos planos regional, nacional e internacional.

A morte de Chico Mendes contribuiu para a instituição das Reservas Extrativistas na Amazônia – um de seus principais objetivos de luta, objeto também de várias pressões locais e opção de construir o seu destino como ser e como líder, de ter vida para lutar em defesa da vida: “Quero viver, para salvar a Amazônia!”

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

## UMA LONGA JORNADA ATÉ BRASÍLIA

Elson Pacheco da Silva

Eu sou Elson Pacheco da Silva, sou seringueiro de Carauari, estado do Amazonas e estou nessa luta desde a criação do CNS, em 1985. Naquela época já tinha o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carauari que, com o apoio da Igreja Católica, conseguiu mandar um grupo de seringueiros para o I Encontro Nacional dos Seringueiros.

De Manaus até Brasília foi uma vinda muito difícil, uma viagem bem pesada. Nós gastamos 72 horas de Manaus até Brasília, ficamos cinco dias em Brasília, mais 72 horas pra voltar. Isso sem contar os outros dois dias que demoramos de Carauari para chegar em Manaus, na ida e na volta.

Mas valeu a pena, porque foi em Brasília que eu conheci o Chico Mendes. A gente passou aqueles cinco dias com ele, discutindo a problemática dos seringueiros na época. Dali surgiu o documento final que foi entregue para o Governo Federal, com a inclusão da proposta das Reservas Extrativistas, uma das coisas mais importantes daquele encontro.

Com as Reservas Extrativistas, a gente passaria a ter o usufruto da terra onde a gente vivia, ela seguia sendo da União, mas a gente também seria dono porque era a gente que morava lá e cuidava daquele pedaço de floresta.

Até sair as Reservas Extrativistas, a nossa situação era muito difícil, o território era controlado pelos se-

ringalistas, que, pelo menos no nosso caso, sumiram depois da criação da nossa Reserva. E tinham que sumir, mesmo! No nosso caso de Carauari foi mais fácil, porque a gente já tinha uma associação, que passou a representar os moradores da Reserva Extrativista.

E a gente foi aprendendo a buscar os projetos. Hoje eu acho que estamos numa condição, vamos assim dizer, boa, porque só quem viveu no tempo dos seringalistas pode dizer o tanto que a nossa vida melhorou. Eu sempre digo que essa ideia do Chico Mendes de criar o CNS e lutar pelas Reservas Extrativistas foi e continua sendo muito importante em nossas vidas.

Foi por isso que mataram o Chico Mendes, mataram outros e ameaçaram de morte outros tantos de nós. Antes, nós só sabíamos trabalhar e obedecer a eles. Eu mesmo, por lutar contra aquela opressão, fui preso e ameaçado de morte.

Mas, afinal de contas valeu a pena, porque eu tô vivo, tô aqui, e o patrão já morreu. Tô bem, tenho consciência que dei minha contribuição, continuo apoiando essa luta, porque ainda faltam muitas coisas por fazer, mas isso agora é coisa para os mais novos, tô aposentado e tô feliz!

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 3ª edição, editora Xapuri, 2024.

# UM MODELO DE REFORMA AGRÁRIA PARA A AMAZÔNIA

Júlio Barbosa de Aquino



Arte: Hélio Melo

No ano de 2025, o CNS completa 40 anos. Nessa mesma data, a proposta das Reservas Extrativistas também completou 40 anos, porque essa nossa ideia coletiva da criação de um modelo adequado de Reforma Agrária para a Amazônia foi apresentada por Chico Mendes durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na UnB (Universidade de Brasília), em 1985, quando foi criado o CNS.

Conforme o modelo que desenvolvemos, as Reservas Extrativistas (Resex) são uma modalidade peculiar de reforma agrária e unidade de conservação, que visa a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando o direito de comunidades tradicionais ao

uso dos recursos naturais renováveis dos territórios onde elas sempre viveram.

“Não queremos título de propriedade da terra, queremos que ela seja da União, com usufruto dos seringueiros,” dizia o Chico Mendes, e assim foi feito. Inspiradas nas Terras Indígenas, as áreas de Reservas Extrativistas são demarcadas como territórios contínuos, de propriedade da União, com concessão de uso para as famílias extrativistas.

A inexistência deste formato de uso da terra e dos recursos naturais na legislação brasileira de reforma agrária e de meio ambiente foi superada, em 1987, pelo Incra, com a criação da modalidade PAE (Projeto de Assentamento Extrativista).

Ao longo das últimas quatro décadas, as Resex tornaram-se referência tornou-se referência para políticas públicas voltadas à conservação e ao manejo sustentável da Amazônia e dos demais biomas brasileiros.

Hoje, onde existem as Resex, também existem populações extrativistas vivendo com mais autonomia, inseridas em um sistema de desenvolvimento que prioriza a sociobioeconomia e o respeito à vida dos Povos da Floresta.

**Fontes:** [www.cnsbrasil.org](http://www.cnsbrasil.org); [www.institutoestudosamazonicos.org](http://www.institutoestudosamazonicos.org); CTA-Acervo Histórico.

NÓS SERINGUEIROS REPRESENTANDO OS ESTADOS DE RONDÔNIA, ACRE, AMAPÁ, PARÁ, REUNIDOS EM BRASÍLIA DE 11 A 17 DE OUTUBRO DE 1985, NO "19 ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA", TOMAMOS SE GUINTES RESOLUÇÕES:

## II - REFORMA AGRÁRIA

### Propostas:

Desapropriação dos seringais nativos.

2. Que as colocações ocupadas pelos seringueiros sejam marcadas pe los próprios seringueiros, conforme as estradas de seringa.
3. Não divisão das terras em lotes.
4. Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas ex trativistas asseguradas ao uso pelos seringueiros.
5. Que não haja a indenização das áreas desapropriadas, não recaín do seu custo sobre os seringueiros.
6. Que sejam respeitadas as decisões do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, no que diz respeito a um modelo especifi co de Reforma Agrária para a Amazônia, que garanta um mínimo de 300 hectares e um máximo de 500 hectares por colocação, e obede cendo à realidade extrativista da região.
7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessid tes específicas.

Imagem: Acervo CNS

## A REFORMA AGRÁRIA DOS SERINGUEIROS

Carlos Walter Porto Gonçalves

Conto um pouco sobre Francisco Alves Mendes Filho, que nasceu no Seringal Porto Rico, no município de Xapuri, em 15 de dezembro de 1944. Era filho de pais nordestinos que migraram para a Amazônia.

Em 1975, já militando nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Chico participa da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília, junto com seu amigo Wilson Pinheiro.

Em março de 1976, ajudou a organizar o primeiro empate, no Seringal Carmem. O empate consistia na reunião de homens, mulheres e crianças, sob a liderança dos sindicatos, para impedir o desmatamento da floresta.

Essa prática se tornaria emblemática da luta dos seringueiros. Nos empates, eles alertavam os peões, a serviço dos fazendeiros de gado, geralmente de fora do Acre, que a derrubada da mata significava a expulsão de famílias de trabalhadores, e convidavam os peões a se associarem à luta, oferecendo a eles colocações e estradas de seringa para trabalhar.

Firmes, expulsavam os invasores dos seus acampamentos de destruição, impedindo seu trabalho de derrubada da floresta. Os empates tiveram um papel decisivo na consolidação da identidade dos seringueiros, e essa forma de resistência acabou por chamar a atenção de todo o Brasil, sobretudo após o assassinato de Wilson Pinheiro, em 21 de julho de 1980.

A UDR (União Democrática Ruralista) pensou que, matando Chico Mendes, estaria pondo fim à sua obra. Errou feio, porque o legado de Chico Mendes é parte de uma revolução de longa duração da humanidade pela reapropriação social da natureza, para a qual a luta de Chico deixou marcas definitivas.

Além do assassinato biológico de Chico Mendes, outros assassinatos continuaram sendo feitos contra sua obra. O primeiro deles foi sua caracterização como um ecologista. Chico foi mais do que isso, pois conduziu a luta pela floresta como uma luta pela reapropriação social da natureza.

Como o próprio Chico costumava dizer, “a Reserva Extrativista é a reforma agrária dos seringueiros.” Chico Mendes soube articular a luta ecológica com a luta pela justiça social, por meio da invenção democrática com protagonismo dos e das que, até aqui, estavam subalternizados pelas relações sociais e de poder, conformadas hierarquicamente, que oprimem e exploram a maior parte da humanidade e, assim, impedem que todo o seu potencial criativo se desenvolva.

Chico soube antever uma filosofia mais complexa, ao ampliar a compreensão das lutas específicas com a luta geral contra o capitalismo e por uma sociedade igualitária, acalentada por sua ideologia comunista. Assim, Chico Mendes abriu os varadouros do que intelectuais como Boaventura de Sousa Santos e outros irão chamar de um paradigma de novo tipo: o ecossocialismo.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

## UM ANTÍDOTO CONTRA A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

Jorge Terena

Nós criamos as Reservas Extrativistas, um modelo de reforma agrária adequado à nossa realidade amazônica, para se contrapor ao projeto econômico de destruição da Amazônia, patrocinado pelo Estado brasileiro a partir dos longos 21 anos de ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, ano de nascimento das Reservas Extrativistas.

O poder central do Brasil tomou várias medidas para sustentar a exploração da floresta: mais de mil quilômetros de estradas de rodagem abertos ou iniciados; hidroelétricas, linhões de transmissão; ferrovias para transporte de minérios; portos de embarque e desembarque; sistemas de comunicação modernos; milhões de hectares de terras ocupadas ou desocupadas à disposição do grande capital.

A propaganda de massa na mídia mostrou-se muito útil para o propósito do Estado central, que abusou de slogans como: “Amazônia: o Eldorado Brasileiro”; “Muita Terra sem Gente”; “Integrar para não Entregar”; “Este é um País que vai Pra Frente”, que passaram a atrair migrantes pela promessa da facilidade na obtenção de terras, pelos incentivos fiscais, pelos subsídios e pela infraestrutura produtiva, de escoamento e insumos básicos à disposição.

O destino da Amazônia estava lançado e não era bom. De imediato, o estrago atingiu a economia extra-

tivista, que viu seus produtos sendo banidos do mercado. Ao destruir a economia extrativista, desprotegia-se o ser humano, retirando-lhe a única fonte de renda que lhe assegurava o suprimento mínimo de suas necessidades elementares, contrariando o dispositivo da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana, da qual o Brasil é signatário.

Esse propalado progresso aguçou conflitos generalizados pela disputa da terra. Entrelaçados, latifúndio e capital ostentavam poderes contra povos e comunidades tradicionais, contra indígenas e extrativistas. Foi a vivência dessa realidade dura e trágica que nos inspirou a lutar pelas Reservas Extrativistas.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



## UM ACHADO PARA O MEIO AMBIENTE E PARA OS POVOS DA FLORESTA

Gomercindo Rodrigues

Em 1985, aconteceu em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros, e foi lançada a proposta das Reservas Extrativistas, um achado para os ambientalistas e para os Povos da Floresta.

Para os ambientalistas que defendiam a preservação da floresta só com discurso, sem ter projeto, enquanto governo fazia o “desenvolvimento” da Amazônia com discurso, projeto, e dinheiro para financiar a devastação através do Banco da Amazônia, agora havia uma bandeira, um “modelo de desenvolvimento” sustentável para defender: as Reservas Extrativistas dos seringueiros.

A partir do Encontro de Brasília, em 1985, a Amazônia passou a ter dois projetos distintos: um, o do governo e da pecuária; e outro, o dos Povos da Floresta, com apoio dos ambientalistas.

No Encontro, os seringueiros dizendo: “Queremos as nossas áreas como as dos indígenas, com a terra sendo da União e a gente tendo o direito do usufruto sem ser para destruir”. Aí alguém disse: “Mas vocês não são indígenas, vocês são extrativistas”.

Naquele momento, ali, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, na UnB (Universidade de Brasília), surgiu a “Reserva Extrativista” como expressão de uma proposta que partiu dos seringueiros.

**Fonte:** “Caminhando na Floresta com Chico Mendes”, editoras UFAC/ Xapuri, 2015.

## UMA PROPOSTA INOVADORA E REVOLUCIONÁRIA

Cristovam Buarque

Eu hoje me sinto orgulhoso por saber que a mudança da política de terras no Brasil começou ali, na Universidade de Brasília, em 1985, com um grupo de seringueiros, muitos deles analfabetos, mas de conhecimento profundo, capazes de produzir uma proposta de reforma agrária inovadora e revolucionária como foi a proposta de Reservas Extrativistas que eles lançaram durante o Encontro.

Nesses 35 anos de permanência das ideias, mas sem a presença física do Chico Mendes, eu fico pensando no Professor Darcy Ribeiro, que dizia: “Eu me sinto realizado porque criei uma Universidade e criei um Sambódromo, duas coisas essenciais para o entendimento da identidade brasileira.” Eu não posso dizer que criei uma Universidade, porque quem fez a UnB foi o Darcy Ribeiro. Eu também não posso dizer que fiz um sambódromo, porque isso também foi coisa do Darcy Ribeiro.

Mas eu posso dizer com muito orgulho que foi na Universidade de Brasília, enquanto eu era reitor e com a presença de Chico Mendes, que o Brasil soube das Reservas Extrativistas, e que o povo brasileiro pôde conhecer um pouco do saber profundo dos Povos da Floresta.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

## UM MODELO MODERNO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atanagildo de Deus Matos (Gatão)

Nunca vai ser possível, com um tiro ou com um punhado de tiros, eliminar uma ideia que se consolidou através de um processo coletivo, onde a luta em defesa da floresta sempre foi uma luta do conjunto dos Povos da Floresta, com a força parceira de seus aliados. Foi desse processo coletivo que surgiu a ideia das Reservas Extrativistas.

As Reservas Extrativistas são, até hoje, o modelo de desenvolvimento sustentável mais moderno que existe, porque valoriza a própria terra e protege a floresta como um todo: a água, o verde, o ar, os produtos e as comunidades. É um modelo que cuida da floresta e das comunidades que vivem na floresta.

Aí é que a gente começa de fato a mudar: porque em uma Reserva Extrativista a comunidade é quem vai aprendendo a fazer a sua própria gestão. Vai errando e acertando, e nisso vai se tornando dona do seu presente e do seu futuro. Muitas entidades nos ajudaram a estruturar nossas ideias, a mostrá-las para o resto do Brasil e para o mundo, ou até mesmo contribuíram com recursos, comida e, nos tempos mais duros, com roupas usadas.

O mesmo aconteceu com tantas pessoas que sempre foram solidárias e companheiras. Mas também teve e tem gente que, mesmo com boas intenções, atrapalhou e continua atrapalhando. Gente que acha que os Povos da Floresta devem viver em total isolamento.

Gente que não entende que os nossos filhos, como os filhos de qualquer cidadão ou cidadã, querem melhorar de vida, se educar, ter saúde, comer bem, se vestir bem. Nós também gostamos de roupa boa, de coisa bonita, de informação e tecnologia moderna. Apenas não queremos destruir a nossa floresta para ter mais coisas materiais.

Queremos que todas as Reservas Extrativistas tenham seus planos de manejo; que haja recursos para que eles sejam implementados; que nossos produtos sejam valorizados; e que nossas culturas sejam respeitadas.

Para cuidar da floresta, precisamos conscientizar as pessoas e o governo sobre a necessidade dos Planos de Manejo. Com um Plano de Manejo fica mais fácil fazer o monitoramento, corrigir problemas, encontrar soluções, realizar projetos e proteger os recursos naturais.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



## “EM DEFESA DA NATUREZA E DOS POVOS DA FLORESTA”

Pedro Ivo Batista



Foto: Acervo CUT

Conheci o Chico Mendes durante o Congresso da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1988, em uma reunião de sindicalistas do PT ligados ao PRC (Partido Revolucionário Comunista), partido clandestino do qual Chico Mendes fazia parte.

Naquela reunião, Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e dirigente do PT e do PRC no Acre, relatou sobre sua luta e a de seus companheiros seringueiros e suas companheiras seringueiras contra a violência do latifúndio que derru-

bava a floresta e ameaçava vidas dos Povos da Floresta, inclusive a dele próprio, na Amazônia.

Foi durante aquele Congresso histórico da CUT que o Chico Mendes apresentou e aprovou por unanimidade a tese “Em Defesa da Natureza e dos Povos da Floresta”, transformando a ideia de constituir as Reservas Extrativistas, a partir da Amazônia, em uma luta nacional. A tese apresentada por Chico no Congresso da CUT de 1983 mudou, também, a história de adesão às pautas ambientais do sindicalismo brasileiro.

Graças à luta dos seringueiros do Acre e dos Povos da Floresta, e também ao martírio de Chico Mendes, as Reservas Extrativistas tornaram-se política pública nacional e garantem a preservação de áreas de florestas e de outros territórios de uso coletivo sustentável para milhares de famílias extrativistas e população tradicionais em todo o território brasileiro.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



## INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORMA DE GESTÃO

A demanda dos seringueiros por uma reforma agrária específica foi inserida na estrutura legislativa brasileira na forma de Projetos de Assentamentos Extrativistas (Portaria 627 do Incra de 30/07/1987), e posteriormente, através do Decreto n. 98.897 de 30/01/1990, na figura de Reservas Extrativistas, vinculadas ao Ibama, [hoje geridas pelo ICMBio].

Algumas questões influenciaram a mudança da instância governamental do Incra para o Ibama: crescente apelo das questões ambientais, maior facilidade de criação das Resex com a desobrigatoriedade de desapropriação prévia, instrumento jurídico de maior solidez (Allegretti, 1994).

Em 1996 passam a ser denominadas de Projeto de Assentamento Agroextrativista, através da Portaria nº 268 de 23/10/96. Entretanto, essa mudança também representou uma alteração no foco das políticas de implementação, da política agrária à política ambiental, fruto da reconfiguração no quadro de aliados, uma vez que atraíam ONGs ambientalistas que viram na proposta uma forma de dar visibilidade às suas próprias demandas, e ao mesmo tempo proporcionavam a visibilidade do Movimento dos Seringueiros, em prol das Reservas Extrativistas, em nível internacional.

Faz-se necessário considerar que nos anos 90, início do governo de Fernando Collor de Mello, o Incra passou por momentos de reestruturação e desarticulação de sua equipe, enquanto que o Ibama, recém-cria-

do, estava em consonância com os interesses presentes nos momentos que antecederiam a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), no Rio de Janeiro.

Nesse período, a questão ambiental representava uma oportunidade de atrair investimentos para o país, e provocava a necessidade de ações que demonstrassem a “boa vontade” governamental para com o tema, fato utilizado pelos ambientalistas para pressionarem por demarcação de Unidades de Conservação e maior arcabouço legislativo para o tema.

Foi nessa década que ocorreu a discussão do Projeto de lei que regulamentaria a organização de um sistema para as Unidades de Conservação da Natureza. Em 2000, após dez anos de tramitação, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9985/00 de 18/07/00), no qual as Resex foram incorporadas como integrantes do conjunto de UCs de Uso Sustentável e com claras mudanças em relação à forma anteriormente concebida, no que tange a sua estrutura de gestão e decisão.

Não se ignora a tensão existente na negociação do SNUC, em que os diferentes entendimentos sobre a relação sociedade/natureza se encontravam e disputavam espaço que fosse refletido nas categorias presentes no Sistema. Em relação às Reservas Extrativistas, setores mais preservacionistas do ambientalismo salientavam sua característica social na tentativa de desmerecer sua importância ambiental, como se fossem questões irreconciliáveis.

Está posto o debate entre ambientalistas e socio-ambientalistas que culminou na inserção das Resex no SNUC, com modificações na participação do Estado e das comunidades em sua gestão. O Decreto assinado em 1990, que dispõe sobre as Reservas Extrativistas, afirma que caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar as condições estipuladas no contrato de concessão de uso.

No SNUC, a presença de um conselho deliberativo como gestor da Resex modifica esta função e se reflete nos atos formais de criação. Nas Unidades criadas após o SNUC, há um deslocamento da administração da Resex para a esfera do órgão governamental, suprimindo a idéia de autogestão presente na criação das primeiras Resex, quando caberia ao Ibama apenas a supervisão da área para cumprimento do contrato de concessão de uso, assinado com as associações representativas mediante um plano de utilização elaborado pelas comunidades e aprovado pelo Ibama.

**Fonte:** <https://www.planalto.gov.br/>



## ARCABOUÇO JURÍDICO



*Encontro do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) com Ruben Ilgenfritz, Presidente do INCRA, em 20/01/1987 - Foto: Acervo IEA*

As Reservas Extrativistas, ao garantir a posse da terra (em apropriação coletiva) e a forma de utilização (segundo métodos tradicionais) tensionam a proteção ao direito individual de propriedade e, com ele, uma estrutura jurídica criada para tal.

Desse modo, foi necessária a atuação junto ao Estado na construção de um arcabouço jurídico que lhes dessem sustentação, representando uma invenção de direitos que tinha como fundamento o saber reconhecidamente pertencente às populações, construído no uso dos recursos naturais como condicionante à sua sobrevivência.

A criação das primeiras Resex, em 1990, coincidiu com o início do ajuste neoliberal no Brasil, com reflexos diretos na reforma do Estado, com desregulamentação de direitos trabalhistas, cortes de gastos públicos e privatizações.

Aliado a isso, mudanças no âmbito da sociedade civil com o fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs) e a vulnerabilização dos movimentos sociais atuantes na década de 70/80, contribuíram para uma modificação na relação destes últimos com o Estado (valorização da cooperação, parceria) e com as ONGs (que, de suporte aos movimentos, passa a figurar na intermediação com o Estado, na captação e execução de projetos).

No ano 2000, as Resex foram incluídas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) integrando o grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tendo como objetivos principais proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade.

**Fontes:** Revista Theomai 20, 2009. Dados obtidos no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (<http://www.icmbio.gov.br/>).

## AS QUATRO PRIMEIRAS RESERVAS EXTRATIVISTAS



*Assinatura do Decreto Presidencial 98.897/90 em 30/01/1990, que criou a figura jurídica Reserva Extrativista - Foto: Acervo IEA*

Em 30 de janeiro de 1990, o Decreto Presidencial 98.897/90, assinado pelo Presidente José Sarney deu a primeira institucionalidade como política pública a proposta de Reservas Extrativistas, apresentada pelos seringueiros da Amazônia, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília:

“Reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista, criadas pelo Poder Executivo em espaços considerados de interesse ecológico e social, ou seja, as áreas que possibilitem a sua exploração autossustentável, sem prejuízo da conservação ambiental. A exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais serão reguladas por contrato de concessão real de uso

concedido a título gratuito, que incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterà cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão intervivos.”

Entre janeiro e março de 1990 foram criadas as quatro primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia totalizando mais de 2 milhões de hectares: Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre (506.186 ha); Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre (931.543 ha); Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Amapá (532.397 ha); e Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Rondônia (204.631 ha); que ficaram inicialmente sob administração do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e hoje são geridas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade).

**Fonte:** <https://www.planalto.gov.br/>



## **DECRETO Nº 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, combinado com o art. 225 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, DECRETA:

Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Art. 3º Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para a sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 4º A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º O direito real de uso será concedido a título gratuito.

§ 2º O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo Ibama e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos.

Art. 5º Caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSÉ SARNEY  
João Alves Filho

**Fonte:** [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d98897.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm)



## RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

### Reserva Extrativista Chico Mendes



Tamanho:  
931.542,94 hectares

Criação:  
12 de março de 1990

Área desmatada entre  
2019 e 2022:  
307 km<sup>2</sup>

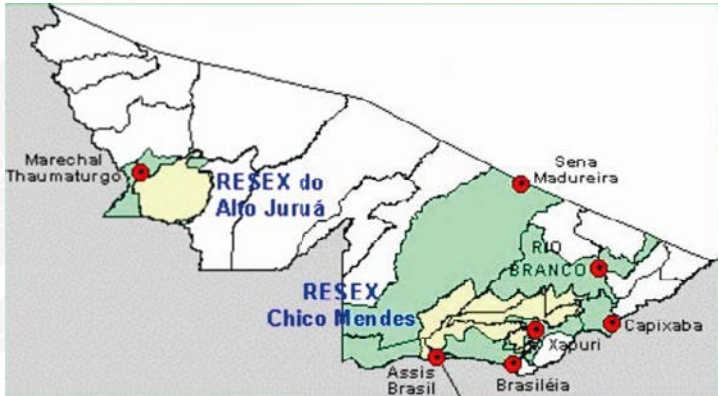
Fonte: *Jornal Varadouro*

Com uma área de 970.570 hectares, a Reserva Extrativista Chico Mendes é uma das quatro primeiras Resex do Brasil e a maior do estado do Acre. Nela vivem cerca de dez mil extrativista.

A Resex Chico Mendes abrange sete municípios, 46 seringais e 76 núcleos de base. Por ser uma reserva federal, a Resex Chico Mendes é administrada e fiscalizada pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), originado da divisão do Ibama, em 2007.

As famílias extrativistas da Resex Chico Mendes estão organizadas em cinco Associações Concessionárias que, junto com o ICMBio, decidem que tipo de ações podem ser aplicadas dentro da Resex.

# PLANO DE MANEJO DA RESEX CHICO MENDES



*Localização da Resex Chico Mendes no estado do Acre, Imagem: ICMBio, 2006*

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi a primeira UC (Unidade de Conservação), na categoria de Reserva Extrativista, a ter seu plano de manejo oficialmente aprovado.

Este documento tornou-se uma referência nacional, servindo de modelo para a elaboração dos planos de manejo de todas as demais Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) sob gestão federal, consolidando diretrizes de uso sustentável e gestão participativa dos recursos naturais.

O processo de desapropriação da Reserva Chico Mendes foi muito difícil, pois, nessa área, concentravam-se os maiores conflitos com relação à posse e

propriedade da terra. Os seringueiros e castanheiros – tradicionais usuários dos recursos naturais – confrontavam-se com os pecuaristas e fazendeiros que desmatavam a área para a implantação de novas pastagens e campos agrícolas.

Outro fato marcante na época, que dificultou os trabalhos, refere-se às peculiaridades dos títulos de propriedade do estado do Acre, como, por exemplo, vários títulos da mesma propriedade emitidos para proprietários distintos, além de outras falhas observadas nos registros imobiliários.

Em fevereiro de 1992, foram ajuizadas as ações desapropriatórias da área, permitindo à Justiça Federal do Acre a concessão da emissão provisória na posse das terras no interior da Resex e a remoção dos antigos proprietários.

Nesse mesmo período, os moradores extrativistas tradicionais elaboraram o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, que foi aprovado pelo Ibama em 18 de abril de 1995.

**Fontes:** <https://www.planalto.gov.br/>; [www.ovaradouro.com.br](http://www.ovaradouro.com.br); CTA-Acervo Histórico.



## UM VELHO E SÁBIO GUARDIÃO DA FLORESTA

Elson Martins



*Foto: Acervo CNS*

Um dia desses visitei a Reserva Extrativista Chico Mendes, para ver de perto uma experiência, digamos, “sustentável”, que o conhecido Raimundo Mendes Barros, o Raimundão, desenvolve por conta própria na Comunidade Rio Branco, no Seringal Floresta.

Raimundão, primo de Chico Mendes, teve participação destacada nas lutas históricas que os seringueiros, ribeirinhos, agricultores e indígenas empreenderam nos anos 1970 e 1980 para manter a floresta acreana em pé.

Hoje, desenvolve várias atividades na parte que lhe coube (sua colocação tem cerca de 600 hectares) da área conquistada pelo movimento revolucionário que emergiu no Acre a partir dos anos 1970. A reserva tem 960.750 hectares, abrangendo sete municípios: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco.

O valente e desprendido seringueiro, já setentão, continua empenhado em provar o que o primo assassinado em 1988 sempre defendeu: é possível viver bem na (e da) floresta sem destruí-la. Além do látex que produz para a fábrica de preservativos de Xapuri, mantém um pequeno, mas produtivo roçado com mandioca, milho, feijão e banana; o plantio de seringueiras e outras espécies valorizadas de árvores; e muitas fruteiras em volta da casa.

Raimundão se dedica também a cuidar de animais que ganha de presente, de amigos, ou que apanha em suas caminhadas pela mata. Atualmente, mantém a Mariquinha, uma veada a quem trata de “menininha” ou “filhinha” quando quer apresentá-la aos visitantes, quatro Caititus (porquinhos do mato), dois macacos zog-zog e uma dezena de jabutis.

Esses bichinhos, após um curto período de cativeiro, ficam soltos e costumam fazer longos passeios pela floresta, mas voltam para o ambiente que os acolheu, onde recebem comida farta. A Mariquinha, por exemplo, passa de dois a três dias vadiando no seu habitat, mas sempre reaparece, não sem levar um pequeno esculacho do Raimundão, ou do outro Raimundo, seu filho, que é quem melhor cuida dessa original “criação”. E cuida com enternecedora intimidade.

Raimundo Filho é um notável exemplo da nova geração dos povos da floresta. Ele pretende cursar Direito na universidade, prometendo, entretanto, dar continuidade aos projetos do pai, no futuro.

Em casa já tem luz elétrica e computador, só falta a instalação do telecentro na comunidade (estão previstos 17 na Resex), que vai permitir a conexão gratuita (via Embratel) com a Internet. A ideia do Raimundão é atrair, com propósito conservacionista, mais animais para perto de casa.

A veada Mariquinha, por exemplo, somente poderia ser comercializada como matriz, para outros conservacionistas. Já o porquinho do mato (Caititu), pode. Raimundão até já dispõe de uma área adequada e nos convidou para vê-la. Fica junto a uma nascente com árvores enormes em volta, inclusive das espécies manitê, caxinguba e saveira, cujos frutos os porquinhos adoram.

No caminho encontramos alguns macacos zog-zog pendurados em galhos altos, que de algum modo integram a família do extrativista. Para comprovar isso, ele os chamou pelo nome e os bichinhos se aproximaram, nem tanto quanto ele gostaria, por causa das visitas.

Ninguém duvide, porém, que esse seringueiro velho e sábio não acabe aproximando, mais do que podemos imaginar, homens e animais na floresta.

**Fonte:** [www.ovaradouro.com.br](http://www.ovaradouro.com.br)

## RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ



*Foto: ICMBio*

A Reserva Extrativista do Alto Juruá está localizada no extremo oeste do Estado do Acre e do Brasil, abrangendo os municípios de Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Tarauacá.

Seus habitantes são seringueiros descendentes de famílias que migraram do Nordeste para o Acre duran-

te a época da expansão da borracha, a partir de 1890. Vivem na Reserva cerca de 7500 pessoas, que se caracterizam pela forma tradicional de uso do território e de seus recursos naturais.

Na área de amortização da Resex vivem 500 pessoas com as mesmas características tradicionais e cerca de 7000 extrativistas, assim como 1500 indígenas. Ao longo do último século a população local tem se ocupado com atividades de subsistência (agricultura, caça, pesca e artesanato) e com atividades comerciais (borracha). Com o declínio do comércio da borracha na década de 1980 a agricultura passou a ser a principal fonte de renda.

A Reserva faz fronteira ao Sul com o Peru e, na mesma bacia hidrográfica, com áreas indígenas, sendo a Oeste com o povo indígena Kampa do Rio Amônia; ao Norte com o povo Jaminawa-Arara; ao Sul com os povos indígenas Kampa do Rio Breu e Kaxinauí; e a Leste com a tribo Kaxinawá, todas em território brasileiro. Por possuir uma área contínua com o Parque Nacional da Serra do Divisor e com quatro áreas indígenas, exerce um papel de proteção para as áreas vizinhas.

O acesso à área da Reserva pode ser por via aérea, saindo de Cruzeiro do Sul até o município de Marechal Thaumaturgo, ou de barco, também partindo de Cruzeiro do Sul, pelo rio Juruá, viagem que poderá durar de três a quatro dias de barco comum, ou um dia de barco do tipo “voadeira”.

**Fonte:** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

## UMA JORNADA EXTRAORDINÁRIA

Mauro Almeida

Acompanhei a trajetória de Chico Mendes na década de 1980, em passagens por Rio Branco a caminho de Cruzeiro do Sul, em reuniões do CNS pela Amazônia, no empate da Bordon e em alguns momentos em que ele visitou minha casa, em São Paulo, ou eu o visitei, em Xapuri.

Lembro-me de episódios do empate da Bordon em 1986: um deles em Rio Branco e outro, em Xapuri, onde ficaram patentes alguns traços do Chico, como sua capacidade de mobilizar, liderar e reunir forças onde parecia não haver mais nenhuma. Essas habilidades justificam a comparação com Gandhi e Martin Luther King.

O primeiro ocorreu em um debate em Rio Branco, onde Chico “convocou” os presentes para o empate da Bordon no dia seguinte, propondo a troca da solidariedade à distância pela presença física na ação. Chico estava introduzindo uma mudança fundamental no caráter dos empates ao sustentar o empate numa conexão direta entre cidade e floresta, entre intelectuais e trabalhadores.

Essa mudança reverteria o isolamento dos empates, contra o qual ele já havia agido em 1985, quando solicitou à Mary Allegretti uma reunião de peso na capital da República, para dar visibilidade à resistência dos seringueiros.

Chico recrutava companheiros como Gomercindo Rodrigues, para aprender uma lição inesquecível sobre a

solidariedade e a amizade dos moradores da floresta que resistiam à violência. No final do empate da Bordon, depois de três dias de acampamentos e bloqueios, a polícia expulsou os participantes para Xapuri em fila indiana.

Marina Silva levantou os ânimos da nossa coluna propondo a ocupação do prédio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), transformando assim o fim de um empate no começo de outro. Ela devia estar articulada com Chico porque, quando chegamos a Xapuri, a outra coluna já estava no IBDF, cercada pela polícia militar.

Chico mandou avisar aos jornais em Rio Branco que 200 seringueiros estavam no IBDF e chamou mais seringueiros para completar o número anunciado. Quando os repórteres chegaram, ali estavam os 200 seringueiros. Havia muita tensão, mas Chico controlava a situação. Com a publicidade, o empate no IBDF funcionou como a segunda etapa do empate da Bordon, questionando a administração federal e tendo a Igreja Católica como mediadora para obrigar o governo estadual e a classe política a se manifestarem.

Era essa a magia do Chico: os liderados atendiam seu chamado para uma ocupação perigosa porque confiavam na sua capacidade para confrontar e depois negociar com ganho político. O empate que começou convocando participantes urbanos realizou-se com o heroísmo e findou-se com a afirmação pública da legitimidade das reivindicações dos seringueiros e de sua importância para toda a sociedade.

Foi a Mary Allegretti quem, em 1985, durante o governo Sarney, organizou uma reunião de seringuei-

ros em Brasília. Havia uns 120 participantes nessa reunião. Do ponto de vista de um movimento rural, a proposta dos seringueiros que apareceu nesse encontro de 1985, em Brasília, era parte de um programa de reivindicações deles de políticas públicas para uma população que era completamente invisível, ninguém sabia que existia.

Em Brasília, nem sabiam o que era seringueiro, eles pensavam que eram seringalistas. Era uma invisibilidade completa. E o Paulo Nogueira Neto (um dos grandes biólogos conservacionistas, um dos responsáveis pela indicação e seleção de áreas de conservação em sentido estrito na época do governo militar) ouviu falar de um seringueiro de Novo Aripuanã, o Jaime da Silva Araújo, que foi escolhido pelo grupo como o presidente do Conselho Nacional de Seringueiros.

O CNS foi uma entidade criada lá em Brasília, quando esse mesmo grupo teve a entrada vetada no prédio da Superintendência da Borracha (Sudeb), que recebia enormes recursos do governo. Os seringueiros, expulsos daquele ambiente, criaram ali na frente, no gramado, uma alternativa para o Conselho Nacional da Borracha, que estava se reunindo e do qual eles queriam participar. “Então, vamos criar o Conselho Nacional dos Seringueiros”, e surgiu esse nome.

“Dos meus encontros com Chico Mendes restaram boas lembranças, como a viagem a Assis Brasil na estrada enlameada, em que todos fumavam sentados sobre a carga de tambores de gasolina e o Chico mudou de opinião sobre os “hippies” que iam para Cuzco; ou a reunião em Brasília, onde Chico e as lideranças sin-

dicais dispensaram os assessores e decidiram sozinhos que a Reserva Extrativista seria patrimônio público com concessão de uso aos moradores.” conhecido foi o papel do Chico na criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, ocorrida depois da morte dele, em março de 1990.

Desde 1986, os seringueiros do Juruá mobilizavam-se contra o sistema de patrões ainda vigente, com suas “rendas de estrada de seringa”, “aviamento” e violência contra os que “vendiam borracha para fora” e contra os planos de exploração madeireira.

Em fevereiro de 1988, durante uma reunião do CNS, os líderes souberam que uma fundação holandesa havia aprovado um grande apoio, abrindo as possibilidades de atuação da entidade. A questão era como estender essa atuação ao Alto Juruá, com sindicatos pelegos, igreja hostil aos movimentos populares, ausência de ONGs de apoio, patrões todo-poderosos e justiça longe dos pobres.

Por sugestão de Steve Schwartzman transmitida a mim, Chico propôs o nome de Antonio Macedo para representar o CNS no Juruá. A nomeação de Macedo, juntamente com a alocação de recursos, foram os primeiros atos importantes de Chico para apoiar os moradores do Juruá. Macedo fez um projeto de criação de cooperativas, escolas e postos de saúde, intitulado Reserva Extrativista do Rio Tejo. O projeto, com ênfase na cooperativa, foi submetido ao BNDES. Era o fim do barracão, antes mesmo de resolver a situação fundiária.

Mas a ideia de um projeto com recursos públicos era estranha na época e alguns sindicalistas reagiram

com desconfiança. Numa reunião realizada em Arique-  
mes, em agosto de 1988, Chico usou sua autoridade  
moral para convencer os companheiros. O projeto foi  
aprovado em janeiro do ano seguinte.

Embora nunca tivesse ido ao Tejo, Chico foi um  
agente decisivo para a criação da Reserva Extrativista  
do Alto Juruá. A última vez que vi o Chico foi em no-  
vembro de 1988, pouco antes de sua morte, em Curiti-  
ba, onde soubemos do assassinato de um companheiro  
do Sindicato.

Era um alerta para o risco que o Chico Mendes cor-  
ria em sua volta a Xapuri. Mas o Chico jamais contem-  
plou a hipótese de “dar um tempo” e, em vez disso, deu,  
conscientemente, a vida pelo Movimento.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.



# RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO OURO PRETO



A Reserva Extrativista Rio Ouro Preto está localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, em Rondônia, e integra o maior bloco de área protegida do Estado.

Com uma área aproximada de 204.583 ha, a Resex do Rio Ouro Preto limita-se ao Norte com a Terra Indígena Lage e o Parque Estadual de Guajará-Mirim; a Leste com a Terra Indígena Uru-eu-wau-wau; a Sul e Oeste com a Reserva Biológica Estadual do Rio Ouro Preto e a Floresta Estadual Extrativista do Pacaás Novos.

O marco para a criação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto pode ser tomado como o I Encontro dos Seringueiros de Guajará Mirim, realizado em fevereiro de 1989, para discutir os problemas dos seringueiros do mu-

nicípio e escolher delegados para o II Encontro Nacional dos Seringueiros.

Até então não havia qualquer forma de organização política dos seringueiros no município. O encontro contou com a participação de 278 seringueiros, dos quais 167 eram do Rio Ouro Preto, além de representantes de entidades governamentais e não-governamentais. Neste encontro os principais problemas foram apontados como sendo: pagamento da renda, falta de garantia sobre as colocações, falta de assistência de saúde e educação, desmatamento, baixo preço da borracha e alto preço das mercadorias.

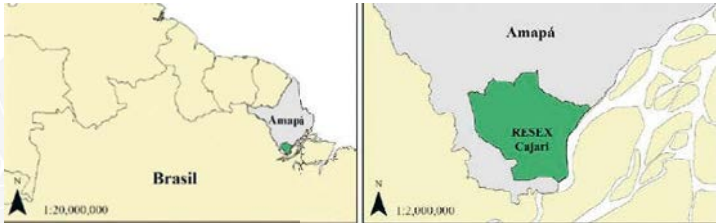
Entre as principais reivindicações apresentadas destacavam-se: fim do pagamento da renda, garantia de permanência nas colocações, melhor preço para a borracha, criação de uma cooperativa e assistência de saúde e educação. Durante o encontro foi criada uma Comissão Municipal com a responsabilidade de ampliar o trabalho de organização e encaminhar as reivindicações.

A Resex do Rio Ouro Preto é definida como um dos últimos símbolos de resistência para as comunidades extrativistas de Rondônia. A UC é, segundo Montezuma Cruz, uma espécie de refúgio dos antigos seringueiros que fugiram das invasões de suas antigas colocações.

Entre eles está José Maria dos Santos, responsável por organizar o movimento seringueiro no Estado, sendo conhecido como o “Chico Mendes de Rondônia”.

**Fonte:** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

## RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI



*Mapa de localização da RESEX Cajari na região sul do estado do Amapá.*

A Reserva Extrativista do Rio Cajari, conhecida localmente como Alto, Baixo e Médio Cajari, é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável, criada com o objetivo de assegurar os direitos das comunidades extrativistas e conservar os recursos naturais renováveis existentes na região.

Ela está localizada nos municípios de Laranjal do Jari e Mazagão, no Estado do Amapá e possui cerca de 481.650 de hectares.

**Fonte:** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)

# UMA LONGA JORNADA DE LUTAS

Pedro Ramos de Sousa



Foto: Acervo CNS

Nasci em 27 de novembro de 1940, em uma das muitas ilhas fluviais do estuário do Rio Amazonas, no município de Afuá, no estado do Pará. Vivi cinco anos em Macapá, estudando. Retornei para Afuá e ali fiquei até os 23 anos, aprendendo com minha mãe a cortar seringa, a processar o óleo de andiroba e a juntar os frutos do açaí.

Em 1964, em Afuá, fui preso pela Ditadura Militar. Escapei e fui para Cayenne, na Guiana Francesa, e de lá só retornei em 1986, para a vida de pequeno agricultor, pra trabalhar com cultura de subsistência, até que

a companhia Mendes Júnior se apropriou da terra que a gente ocupava, retirando as poucas condições que tínhamos de sobrevivência.

Foi curtindo a ressaca do prejuízo causado pela Mendes Júnior que conheci o Jorge e a Neuza Zimmermann, grandes incentivadores para que os agricultores se organizassem. Eles promoveram treinamentos, capacitaram em associativismo e concederam apoio logístico no processo de fundação da Sociedade Central de Pequenos Agricultores do Território Federal do Amapá.

Com a Soceap, organizamos os pequenos agricultores em três municípios da nossa região. Foi numa dessas reuniões que eu conheci o Chico Mendes. Trocamos impressões sobre a Amazônia e sobre nossas organizações; depois ficamos confidentes do nosso dever de fazer o movimento avançar.

Nós criamos as Reservas Extrativistas, um modelo de reforma agrária adequado à nossa realidade amazônica, para se contrapor ao projeto econômico de destruição da Amazônia pelo Estado.

O poder central do Brasil tomou várias medidas para sustentar a exploração da floresta: mais de mil quilômetros de estradas de rodagem abertos ou iniciados; hidroelétricas, linhões de transmissão; ferrovias para transporte de minérios; portos de embarque e desembarque; sistemas de comunicação modernos; milhares de hectares de terras ocupadas ou desocupadas à disposição do grande capital.

A propaganda de massa na mídia mostrou-se muito útil para o propósito do Estado central, que abusou de slogans como: “Amazônia: o Eldorado Brasileiro”;

“Muita Terra sem Gente”; Integrar para não Entregar”; “Este é um País que vai Pra Frente”, que passaram a atrair migrantes pela promessa da facilidade na obtenção de terras, pelos incentivos fiscais, pelos subsídios e pela infraestrutura produtiva, de escoamento e insumos básicos à disposição.

O destino da Amazônia estava lançado e não era bom. De imediato, o estrago atingiu a economia extrativista, que viu seus produtos sendo banidos do mercado. Ao destruir a economia extrativista, desprotegia-se o ser humano, retirando-lhe a única fonte de renda que lhe assegurava o suprimento mínimo de suas necessidades elementares, contrariando o dispositivo da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana, da qual o Brasil é signatário. Esse propalado progresso aguçou conflitos generalizados pela disputa da terra.

Imbricados, latifúndios e capital ostentavam poderes contra povos e comunidades tradicionais, contra índios e extrativistas. Para o latifúndio, os Povos da Floresta deveriam permanecer entregues à própria sorte, ignorados pelo Estado. A omissão do Estado resultou em conflitos e em frequentes assassinatos de camponeses, lideranças religiosas e advogados. Assim se consolidava a expulsão de levas de camponeses do campo para as periferias das cidades.

O passo seguinte foi a desintegração das famílias por conta da fome que conduzia as mulheres para a prostituição e os homens para os atos de delinquência. Esse cenário tomava conta das reflexões de Chico Mendes, e minhas também, nos anos 1980. Nossa principal e pacífica arma de combate ao desmatamento eram os

empates, onde a gente colocava uma fileira única de homens, mulheres e crianças envolvendo um determinado perímetro de floresta em frente aos peões e jagunços no dia marcado pelo latifúndio para a derrubada.

O amadurecimento das nossas reflexões estimulou a criação de uma entidade que se dedicasse às questões do extrativismo florestal. Encabeçados pelos seringueiros, o debate se estendeu do Acre a Rondônia, Amazonas e Amapá, sendo que o Amapá ficou ausente do ato de criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, em outubro de 1985, em Brasília.

A primeira ação concreta do Estado brasileiro visando a destinação de terras para as comunidades tradicionais locais se deu com o reconhecimento da figura jurídica da modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), através da Portaria Incra/627, de 30 de julho de 1987.

A partir dessa portaria do Incra, as questões peculiares naturais e culturais das comunidades tradicionais amazônicas começaram a ser reconhecidas e respeitadas em órgãos do governo federal e, nos processos de reconhecimento da realidade dos Povos da Floresta, passou a existir uma preocupação com o equilíbrio ambiental, com a racionalização do uso dos recursos naturais, com a preservação do meio ambiente e com o respeito às populações tradicionais, extrativistas e não-extrativistas.

Não contávamos com o assassinato do Chico Mendes. Sabíamos das ameaças e do que significava para o movimento manter o Chico vivo. Houve decisão da parte da sociedade civil e de assessores de afastar o Chico de Xapuri, mas ele não quis sair, ele quis ficar.

Os autores daquela morte continuam matando, porque é como se o país cultuasse a impunidade. No caso do Chico Mendes, só quem disparou a arma e apenas um dos mandantes do crime foram julgados e condenados. A presença de repórteres foi uma espécie de garantia para que o assassino fosse preso e julgado, e evidenciou o prestígio que as ideias do Chico, que são as nossas ideias, ganharam no Brasil e no mundo.

Depois da morte do Chico, refletimos muito sobre os nossos propósitos, traduzidos na dimensão agrária e na regularização fundiária, na manutenção da cultura das comunidades tradicionais e da produção com bom manejo, no fortalecimento das organizações, no rompimento do isolamento do CNS e na ampliação das alianças para fortalecer a luta

Mantivemos o Encontro da Aliança dos Povos da Floresta que o Chico estava organizando quando morreu. Daquele encontro, em março de 1989, decidimos viabilizar a criação, a implantação e a difusão das Reservas Extrativistas, bandeira maior defendida pelo Chico com muito fervor, assim como defendia a vida, combatendo qualquer tipo de agressão e dizendo que se sua morte servisse para avançar nas conquistas, ele não teria medo de enfrentá-la.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 1ª edição, editora Xapuri, 2008.

## **RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS**

As Reservas Extrativistas Marinhas (REMs) são Unidades de Conservação costeiras que têm entre seus objetivos a proteção dos modos de vida e cultura das comunidades tradicionais residentes e melhorias econômicas com o uso sustentável da sociobiodiversidade.

Na região das REMs na Amazônia brasileira, caracterizada por estuários e manguezais, os atores locais resistem à noção terrestre de território, para, em vez disso, promoverem o maretório (derivado das palavras em português para mar e território) como conceito espacial e institucional.

A institucionalização dessas REMs ocorreu a partir da mobilização das comunidades diante de conflitos socioambientais, tais como a violação de regras de costume. Este artigo busca identificar, i) as principais razões que levaram à criação e ampliação das REMs e, neste contexto, ii) as evidências de normas de Direito costumeiro das comunidades tradicionais. Foram analisados processos administrativos oficiais que contêm informações fornecidas por atores das comunidades apontando para a ocorrência de um conflito comum: a ameaça à pesca artesanal tradicional.

Esse conflito envolve principalmente práticas de pescas predatórias que ameaçam o ecossistema do mangue e a pressão externa da pesca industrial. Por fim, evidenciou-se a relação direta da violação do Direito costumeiro, o surgimento de conflitos socioambientais e as demandas pela institucionalização do maretório.

## **RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) são unidades de conservação de uso sustentável cujo objetivo é preservar a natureza e assegurar as condições para a reprodução e a melhoria dos modos de vida das populações tradicionais, inclusive na exploração de recursos naturais.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável foram criadas pela Lei 9.985/00, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que, por sua vez, é regulado pelo Decreto nº 4.340/02.

Assim como as Resex, as RDS também são geridas por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão governamental responsável (órgão estaduais, no caso das RDS criadas pelos estados, e o ICMBio, na RDS federal) e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área.

São objetivos da RDS assegurar as condições para a reprodução e a melhoria dos modos de vida das populações tradicionais que nela habitam, inclusive na exploração de recursos naturais. Além disso, visa valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações.

As RDS são áreas de domínio público que permitem o convívio com populações tradicionais, no entanto, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas. O uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais é regulado por

um contrato de concessão e um termo de compromisso, que devem estar de acordo com o Plano de Manejo da unidade. Além da exploração sustentável dos recursos, a visitação e a pesquisa científica também são permitidas e até incentivadas na área, desde que autorizadas pelo órgão gestor.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável são preferencialmente estaduais e, diferente das Reservas Extrativistas, as populações da UC não precisam ser extrativistas, mas devem residir na área.

A iniciativa da criação da RDS não precisa partir necessariamente da população local e esta tem menor poder sobre a gestão e os territórios que as populações das Resex.

Elas devem ser áreas grandes e com significativa biodiversidade, e ainda, precisam ter uma parte delimitada para proteção integral.

Existem 27 Reservas de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, todas estaduais, com exceção da RDS Itatupã-Baquiá, no Pará, que é federal.

Esta RDS foi criada em 2005 no município de Gurupá e engloba sete comunidades onde vivem aproximadamente 850 pessoas.

**Fontes:** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br); <https://www.planalto.gov.br/>



## **ESPECIFICIDADES DA GESTÃO DAS RESEX**

As Resex são espaços territoriais, pertencentes ao poder público, que, ao serem oficialmente criadas, integram-se à estrutura da esfera administrativa de um órgão público, geralmente responsável pelo setor ambiental, e ficam a ele subordinadas.

Esse órgão passa a ter a responsabilidade pela implantação, gestão e manejo da área, e é conhecido como órgão gestor da UC. O processo de criação, implantação e consolidação de uma Resex depende de decisões conjuntas do governo e de organismos da sociedade civil, nesse caso, das organizações sociais representativas das comunidades residentes na área, que demandam a criação da Resex.

Teoricamente, esse processo coparticipativo se efetiva em três momentos distintos. O primeiro corresponde ao ato de criação, por meio da publicação de um Decreto no Diário Oficial.

Esse ato é antecedido de pleitos sociais, de estudos socioeconômicos, de identificação da área, de estudos fundiários e de viabilidade ambiental, de justificativa social, que necessariamente devem ser elaborados com a ampla participação das comunidades residentes no interior da futura reserva.

O segundo momento é o da implantação, que se traduz na regularização fundiária da área em questão, na criação do Conselho Gestor Deliberativo da Resex e entrega definitiva do Contrato de Concessão Real de Uso à associação dos moradores da reserva, legalmente constituída com esta finalidade.

O terceiro momento é o de consolidação, que inclui os programas de infraestrutura social, de fiscalização e vigilância; a introdução de programas econômicos, sociais, tecnológicos e de pesquisas, os quais devem ser ordenados pelo plano de manejo das Resex, portanto, cogido desde a concepção até a conclusão.

Na prática, existem diversas críticas à forma de aplicação das regras de gestão definidas no SNUC, por retirarem a autoridade e a legitimidade das comunidades locais e atribuírem grande poder e autoridade aos “chefes” das unidades, ferindo, dessa forma, os direitos ao autogoverno e de cidadania de seus moradores tradicionais em flagrante desacordo com o espírito das Resex, tal como foram propostas por Chico Mendes.

Também a desvalorização dos planos de uso em favor de planos de manejo, dotados de linguagem exageradamente técnica e levantamentos complexos e caros, o que tem inviabilizado a elaboração dessas reservas.

**Fontes:** [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br); <https://www.planalto.gov.br/>



## **PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DAS RESEX**

A Resex é uma modalidade de unidade de conservação (UC) de uso sustentável, conforme definido pela Lei nº 9.985/2000, que criou o SNUC.

Resex são espaços destinados à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas, bem como à proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações. Nesse sentido, o art. 18 da Lei nº 9.985/2000 dispõe que:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A criação de uma Resex deve ser encaminhada formalmente por população tradicional ao governo (ICM-Bio) ou órgão estaduais de meio ambiente (Oema).

A solicitação da população tradicional pode vir acompanhada de manifestações de apoio de instituições governamentais, não governamentais, comunidade científica e da sociedade civil organizada, art. 4º da IN 03.

Por ser uma UC, para a sua criação, devem ser obedecidos os termos do art. 22, § 2º, da Lei nº 9.985 do SNUC, que prevê a realização prévia de estudos técnicos, que, no caso de Resex, deve aferir a viabilidade e

conveniência da destinação ambiental da área, dada a necessidade de proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas, de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade e de consulta pública à comunidade local.

A partir dos estudos técnicos e da consulta pública, será possível identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para se criar uma UC.

O processo de criação, devidamente instruído, deve ser encaminhado para a Procuradoria Federal (ou Estadual) especializada, para emissão de parecer jurídico fundamentado, e, posteriormente, para a Presidência do ICMBio ou para a Oema, e ser remetido ao Ministério do Meio Ambiente.

A Resex é de posse e domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais por meio de contrato de concessão de direito real de uso, a título gratuito, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

O contrato é celebrado com a associação-mãe, co-gestora da Resex, que tem a responsabilidade de manter o cadastro das famílias residentes e beneficiárias de tal contrato.

Este contrato de concessão é intransferível, e a degradação do meio ambiente por parte das populações extrativistas implica a sua rescisão (Decreto nº 98.897/1990).

As concessionárias, representando seus moradores, se obrigam a conservar o ecossistema florestal para as gerações atuais e futuras, em que o prazo de vigência da

concessão é de 30 anos, admitida a sua prorrogação por igual período.

Na grande maioria das Resex, o poder público ainda não formalizou esse contrato, por causa de limitações impostas durante a regularização fundiária das terras desapropriadas.

Esse instrumento só poderá ser firmado a partir do momento em que a regularização fundiária da reserva estiver concluída.

Numa Resex não há divisão de lotes nem a padronização do tamanho das áreas ocupadas por família. No Acre, as colocações abrangem, em média, três “estradas de seringa”, algo entre 300 ha e 500 ha (Plano de Manejo Resex Cazumbá e Planos de Manejo Resex Chico Mendes).

Já no Amapá, as unidades produtivas estão associadas a “piques de castanha” e variam entre 50 ha e 150 ha. Na Resex Rio Cajari, a concessão real de uso passa de pai para filho, normalmente o primogênito.

Mas não há regras definidas para essa questão, sendo um tema importante de acompanhamento, já que o tamanho da área ocupada por família incide diretamente na sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Dentro dessa categoria de UC, são expressamente proibidas as seguintes atividades: a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional, justamente por serem incompatíveis com seus objetivos, conforme inteligência do art. 18, § 6º, da Lei nº 9.985 do SNUC.

A caça para fins de subsistência é permitida assim como o manejo de fauna para fins comerciais, embora

ainda pouco praticado. Já a exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Resex, conforme o disposto em regulamento e no plano de manejo da unidade.

**Fonte:** Documento encontrado no Acervo do CNS, sem indicação de fonte original.



## **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL**

No ano 2000 o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.985 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que reconheceu as Reservas Extrativistas como uma modalidade de unidade de conservação de uso sustentável e criou, também, a figura de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

As Reservas Extrativistas estão elencadas no grupo de Unidades de Conservação. O artigo 18 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, determinava:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no artigo 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de

órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

Desde 2007, as unidades de conservação estão sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

**Fonte:** dados do governo federal.

## PLANO DE MANEJO

O planejamento de uma Reserva Extrativista deve ser um processo contínuo, flexível e participativo, envolvendo ativamente tanto o órgão gestor quanto as comunidades locais.

Esses princípios orientam toda a elaboração do Plano de Manejo de uma Resex, que deve ser elaborado e aprovado por um Conselho Deliberativo responsável pela gestão da unidade, em um prazo máximo de 5 anos após a sua criação.

Segundo o art. 18, § 2º da Lei do Snuc, “a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

O plano de manejo deve abranger a totalidade da Resex, sua zona de amortecimento e eventuais corredores ecológicos, incluindo medidas para promover sua integração à vida econômica e social de comunidades vizinhas.

Além disso, o planejamento deve ser gradativo, desenvolvido com base no nível de conhecimento disponível sobre a área, permitindo que sejam priorizadas as ações mais relevantes. Esse caráter progressivo também facilita o monitoramento e a adaptação das estratégias ao longo do tempo.

O engajamento da sociedade, especialmente das populações tradicionais, é fundamental em todas as etapas do processo, desde a construção até a implementação do plano.

A Resex deve ser gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

É este conselho que aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista. Na prática, porém, segundo dados recentes, apenas 25% das Resex federais e 41% das Resex estaduais têm planos de manejo.

Por essa razão, em geral as regras de convivência são estabelecidas a partir de um plano de utilização e nos acordos de gestão instituídos por meio da Instrução Normativa nº 29 do ICMBio (2012), firmados por intermédio dos Conselhos Gestores Deliberativos.

Com base no cadastro da população tradicional beneficiária e no plano de utilização, são firmados termos de compromisso entre as famílias que receberão a concessão do direito real de uso e o ICMBio.

**Fonte:** Comitê Chico Mendes, com base em dados do ICMBio.

## **REGULAMENTAÇÃO DO PLANO DE MANEJO**

O ICMBio detém uma vasta relação de Instruções Normativas (INs) com temática voltada às UCs; porém, no que tange às Resex, merecem destaques a IN 01, de 18 de setembro de 2007 (ICMBio, 2007a), e a IN 16, de 4 de agosto de 2011 (ICMBio, 2011), que, respectivamente, disciplinam as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de plano de manejo participativo de UC federal das categorias Resex e reservas de desenvolvimento sustentável (RDS), bem como regula, no âmbito do ICMBio, as diretrizes e os procedimentos administrativos para a aprovação do PMFS comunitário para a exploração de recursos madeireiros no interior de Resex, RDS e floresta nacional (Flona).

Sem objetivo de exaurir o tema de INs que regulamentam o manejo, cabe pontuar que os instrumentos regulatórios vigentes no âmbito federal não estão detidos exclusivamente ao manejo propriamente dito, mas, de modo geral, às premissas da elaboração do plano de manejo, seja em UC, seja em PMFS.

A seguir, serão feitas algumas observações pontuais em cada IN mencionada, no que se refere ao manejo. IN 01, de 18 de setembro de 2007, art. 4º (ICMBio, 2007a), dá legitimidade à população tradicional como uma das três opções para iniciar o processo de elaboração do plano de manejo.

Considerando que a implementação é de responsabilidade conjunta dos demais legitimados e outras entidades, pode-se inferir que o manejo em si sofre

influência de agentes múltiplos, e não só da população tradicional, conforme determina o art. 13 (ICMBio, 2007a) da IN.

Se a responsabilidade da implementação é conjunta, o que falar de eventual insucesso do manejo, sendo que a IN silencia sobre os critérios objetivos da contribuição de cada agente?

Observa-se, ainda, o fenômeno da convalidação de processos preexistentes. Conforme o art. 18 (ICMBio, 2007a) da IN 01, os processos de elaboração de planos de manejo das Resex anteriores à publicação da IN 01 não necessitaram atentar às regras posteriormente vigentes.

Aqui, cabe expor duas reflexões sobre o texto do parágrafo anterior. A IN não esclarece qual é o marco inicial dos efeitos da convalidação, ou seja, se é considerado o momento dos processos já concluídos ou o momento daqueles não findos, que, porém, teriam sido protocolados antes de 20 de setembro de 2007, data da publicação da IN 01 no Diário Oficial da União (DOU).

A não definição do marco inicial resulta em riscos, mesmo que remotos, de judicialização de eventuais manejos implementados em desacordo com a IN 01, os quais, baseados em processos não concluídos e protocolados antes de 20/9/2007, não sejam autorizados pelo órgão competente pela análise.

O art. 2º, inciso I (ICMBio, 2011), da IN 16, de 4 de agosto de 2011, conceitua “manejo florestal comunitário” como a execução de planos de manejo florestal sustentável (PMFS), realizada pelos povos e comunidades tradicionais beneficiários das Resex, RDS e das florestas nacionais (Flonas).

Os povos ditos da floresta manejam, para se alimentar, quando usam o conhecimento tradicional sobre exatamente onde e quando encontrar cada animal ou planta (Ibama, 2002). O uso múltiplo da floresta se baseia em dois princípios fundamentais: o primeiro é que quanto maior for o número de espécies exploradas, e favorecidas pelas práticas de manejo, menos a floresta manejada se distinguirá da floresta original.

O segundo é que quanto maior for o número de espécies manejadas, menos intensamente será necessário explorar cada uma delas, a fim de tornar viável economicamente a exploração, e menor será a possibilidade de se quebrar alguma relação ecológica importante. Dessa forma, significa a viabilidade econômica associada à manutenção da biodiversidade.

Na teoria, as comunidades devem ser responsáveis pelo plano de manejo florestal, sendo permitida a terceirização de etapas somente quando não houver na comunidade as condições para sua plena execução. Na prática, a terceirização é a regra, já que as comunidades são desprovidas de recursos humanos e capital necessários à habilitação dessas florestas.

**Fonte:** Documento encontrado no Acervo do Comitê Chico Mendes, sem indicação de fonte original.

## **DOCUMENTO DO CNS PARA LULA SOBRE AS RESERVAS EXTRATIVISTAS**

Em março de 1990, dois anos após o assassinato de Chico Mendes, foram criadas as primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia, concretizando um sonho dele, de Wilson Pinheiro e de centenas de seringueiros, mulheres, seus filhos e filhas, que lutaram nos empates para impedir a destruição da floresta amazônica.

Os sonhos e o legado de Chico Mendes foram confirmados na Rio 92 com o reconhecimento das populações extrativistas como protagonistas da conservação da biodiversidade e essenciais à proteção do meio ambiente. Um momento significativo de avanço e compromisso do Brasil com a agenda socioambiental do desenvolvimento.

Atualmente somos mais de 80 mil famílias que vivem em 25 milhões de hectares em 153 Unidades de Conservação. São 66 Resex federais, 47 Resex estaduais, 19 Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), 21 Florestas Nacionais (Flonas) e mais de 50 mil famílias que vivem em 9 milhões de hectares de Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs).

A regularização dos direitos sociais de populações extrativistas aos territórios onde residem por gerações, tem como efeito direto e imediato a proteção e conservação dos recursos naturais ali existentes.

Também representa a democratização do acesso à terra e a estabilidade das futuras gerações na floresta, pelo reconhecimento dos direitos de posse através da Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

A comprovação desses benefícios se verifica com a baixíssima taxa de evasão populacional nas Resex

(menos de 3%), não comparável com o que ocorre nos projetos de assentamento convencionais.

A Reserva Extrativista é o símbolo revolucionário do legado de Chico Mendes na Amazônia. Um modelo inovador de reforma agrária ecológica que combina uso da terra, proteção ambiental, com sustentabilidade e garantia de direitos.

Uma conquista da geração de Chico Mendes que hoje possibilita às novas gerações garantia de território protegido para resistir às atuais formas de violações de direitos humanos. Na década de 1990 novas áreas foram sendo criadas e o modelo de gestão institucional concebido pelas comunidades foi sendo implementado pelo Centro Nacional das Populações Tradicionais – CNPT, dentro do IBAMA, de 1992 até a criação do ICMBio em 2007.

Esse modelo tem como base a gestão compartilhada entre comunidades e Estado regida pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso coletivo (CCDRU) que estrutura a governança territorial, a autonomia política e a participação das organizações comunitárias nas decisões coletivas para o bem-estar dos extrativistas.

Há uma luta histórica pela consolidação dos territórios coletivos na Amazônia e em outras regiões do Brasil. Áreas estratégicas vêm sendo protegidas por comunidades que prestam um serviço ecossistêmico ao Estado, à sociedade brasileira e ao Planeta, recebendo muito pouco em troca.

A regularização fundiária das Resex é lenta, processos de indenizações não foram concluídos, concessões

de uso da terra não foram assinadas, políticas públicas para produção, educação, saúde, saneamento, acesso à água potável e energia não foram implantadas ou resultaram de esforços das nossas comunidades.

As famílias vivem à margem da lei e sem a proteção do Estado, vulneráveis a todos os tipos de pressões: desmatamentos, queimadas, invasões de terras públicas, vendas ilegais de terras e de madeira e ameaças aos líderes extrativistas.

As Resex continuam existindo porque nós, moradores, asseguramos que isso aconteça à revelia dos esforços para destruí-las. Mas não cumprem o potencial dos objetivos para os quais foram criadas, frustrando as expectativas dos moradores.

Para garantir a permanência das novas gerações - a juventude extrativista - nas Resex, mais que a existência da floresta é preciso infraestrutura social (saúde, educação e tecnologia) e produtiva. Não há nenhuma dúvida que os adultos de hoje serão os últimos moradores das Resex se não houver mudança nessa realidade. Os territórios serão perdidos para a grilagem e a especulação fundiária.

Depois de 15 anos de criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2022, percebe-se uma descaracterização e desvirtuamento do modelo de gestão das Reservas Extrativistas.

A cogestão deixa de existir para dar lugar à tutela do Estado, tirando a autonomia das comunidades sobre o território, e estimulando a fragmentação das ações, dependência e subordinação a chefes de Unidades de Conservação. Nós, populações extrativistas tradicionais, queremos continuar morando nas Resex.

Para isso é preciso que o Estado cumpra seu papel de proteção dos territórios e garantia de direitos pela implementação de políticas públicas que assegurem bem-estar social e sustentabilidade das gerações atuais e futuras.

Valorizamos nosso modo tradicional de viver, mas queremos incorporar tecnologia à produção e infraestrutura à qualidade de vida. Para que as mudanças aconteçam solicitamos ao Presidente Lula:

1. Implementação de um plano de regularização socioambiental e fundiária para todas as Reservas Extrativistas.

2. Políticas públicas para o desenvolvimento da economia da sociobiodiversidade e florestal e para Pagamento de Serviços Ambientais - PSA prestados pelos moradores das Unidades de Conservação.

3. Políticas públicas sociais e ambientais em todos os níveis: educação, energia, internet, infraestrutura, atendimento à saúde, cultura e conhecimento tecnológico.

4. Reestruturação institucional com a criação de um órgão estatal especificamente voltado para a criação, implementação, desenvolvimento e gestão das Reservas Extrativistas.

Júlio Barbosa de Aquino  
Presidente do Conselho Nacional das Populações  
Extrativistas - CNS  
22 de junho de 2022

**Fonte:** [www.cnsbrasil.org](http://www.cnsbrasil.org)

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O EXTRATIVISMO**

Fruto da mobilização social e reconhecimento da dívida histórica do Estado brasileiro para com as populações extrativistas, uma série de leis e políticas foram elaboradas com o intuito de promover o desenvolvimento econômico regional com a inclusão socioprodutiva das comunidades tradicionais e o uso sustentável da floresta.

A seguir, são apresentadas as mais relevantes leis e políticas públicas para as populações que vivem nas Reservas Extrativistas:

A Lei Federal nº 8.213/1991 dispõe em seu art. 11, inciso VII, sobre o segurado especial, incluindo o extrativista, da seguinte forma: VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, na condição de: [...]

De seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (incluído pela Lei nº 11.718 de 2008). [...] c. cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que comprovadamente, trabalhem como grupo familiar respectivo.

No ano de 2002, os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente reconheceram as popu-

lações tradicionais residentes em Resex como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Essa foi uma importante vitória dos povos e comunidades tradicionais. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 6.040/2007 (Brasil, 2007), tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável desses grupos, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e na garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, formas de organização e instituições.

A INSS/Pres. nº 45/20104, em seu art. 7º, inciso I, alínea b, reconhece a condição de segurado especial ao extrativista vegetal.

Para acesso à aposentadoria, a comprovação da atividade rural/extrativista é obrigatória. A Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, dispõe, no art. 2º (Brasil, 2006), que constituem princípios da gestão de florestas públicas o respeito ao direito da população, em especial, das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação.

O art. 4º, § 2º (Brasil, 2006) desta lei, indica que prevalecem os interesses comunitários quanto à destinação de florestas públicas para produção sustentável. Logo, antes da execução de qualquer concessão florestal, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais deverão ser identificadas para a destinação, por meio da criação de Resex ou RDS, e para

a concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável, agroextrativistas ou outros similares, nos termos do art. 189 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e das diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária; ou outras formas previstas em lei.

A destinação para comunidades será feita de forma não onerosa para o beneficiário. Caso haja interesse, as comunidades locais poderão participar das licitações de concessões florestais por meio de associações comunitárias, cooperativas ou outras pessoas jurídicas admitidas em lei.

O poder público poderá regularizar posses de comunidades locais sobre as áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas, as quais sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, por meio de concessão de direito real de uso ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28/6/1996 (Brasil, 1996), passou a operar modalidades especiais de crédito, tais como o Pronaf Florestal, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Conviver, para a região do Semiárido, e o Pronaf Eco.

Estas modalidades vieram atender a uma demanda antiga do setor produtivo, permitindo a inclusão de segmentos até então desprovidos de linhas de crédito, como os extrativistas, para sistemas produtivos diversificados.

Por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais e agricultores familiares podem comercializar qualquer produto alimentício para atender a segmentos da população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

O Pnae exige que, no mínimo, 30% da alimentação nas escolas públicas seja comprada diretamente dos agricultores familiares. Esses programas têm permitido também que associações e cooperativas extrativistas se estruturarem, oferecendo capital de giro a taxas de juros baixas, cujo pagamento pode ser feito em produto ou em espécie.

A partir de 2008, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), parte do Programa de Apoio à Comercialização de Produtos do Extrativismo (PAE), passou a incluir 17 espécies vegetais trabalhadas pelo extrativismo, ampliando os instrumentos de apoio aos produtos não alimentícios como a andiroba, a copaíba, a paçaba e a borracha natural.

O Projeto Sanear foi um exemplo de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Memorial Chico Mendes, que atendeu 2,8 mil famílias de oito Resex nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará, levando tecnologia social para o tratamento de água e esgoto para as comunidades extrativistas da Amazônia.

Inúmeros outros exemplos de projetos e programas podem ser elencados, tais como o manejo florestal

madeireiro nas Resex Verde para Sempre (PA) e Resex Chico Mendes (AC); o manejo de pirarucu na Resex Auati-Paraná (AM); o manejo de jacarés na Resex Lago Cuniã; a produção de derivados de castanha-do-brasil na Resex Rio Cajari (AP) (ICMBio, 2015); bem como as miniusinas de processamento de óleo de babaçu, castanha e outros produtos da floresta na Resex Rio Iriri (Vilas-Boas et al., 2017).

As normas de acesso e repartição de benefícios sobre o conhecimento tradicional associado, previstas na Convenção da Diversidade Biológica ratificada pelo Brasil, foram definidas por meio da Lei nº 13.123/2015 com regulamento no Decreto nº 8.772/2016, porém, ainda são pouco compreendidas e praticadas em benefício das populações extrativistas.

**Fonte:** Documento encontrado no Acervo do Comitê Chico Mendes, sem indicação de fonte original.



## RESERVAS EXTRATIVISTAS AMEAÇADAS



Trinta e cinco anos após a criação das primeiras Reservas Extrativistas, em março de 1990, essas áreas de conservação ainda enfrentam inúmeros desafios.

Conforme noticiado no Portal da Câmara dos Deputados, entre eles estão projetos de lei que propõem a redução de seus limites, além do desmatamento, das queimadas e do avanço da pecuária sobre seus territórios.

No Acre, o PL 6024/2019 pretende transformar o Parque Nacional Serra do Divisor, uma UC de Proteção Integral, em APA, o enfraqueceria a proteção ambiental, abrindo espaço para desmatamento e exploração econômica, por exemplo.

O texto do PL 6024/2019 também prevê a redução da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, que pode perder 7.758 hectares.

Na Bahia, segundo reportagem local, “um projeto apresentado em junho pelo deputado Uldurico Junior (Pros-BA) propõe extinguir a Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, com 60 km de extensão no litoral da Bahia, e criar uma Área de Proteção Ambiental, o que abre espaço a empreendimentos privados. Na justificativa, o deputado afirma que a Resex emperra o potencial turístico da área, onde poderia ser construído um resort.”

A invasão das Reservas Extrativistas é crescente. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, foram desmatados 143 km<sup>2</sup> nas reservas extrativistas, segundo levantamento do Imazon. De agosto de 2020 a julho deste ano, a área desmatada atingiu 213 km<sup>2</sup>.

De 2000 a 2024, segundo dados da InfoAmazonia, a região da Amazônia Legal perdeu 87 mil km<sup>2</sup> de áreas protegidas. Levantamento da InfoAmazonia revela que legislação sobre proteção das unidades de conservação sofreu 60 alterações no período.

Atualmente, sete propostas ainda tramitam no Congresso Nacional e na Justiça. Caso sejam aprovadas, poderão impactar mais 13.448 km<sup>2</sup>.

Um levantamento da InfoAmazonia revela que, entre 2000 e 2024, as legislações do Brasil destinadas à proteção desses territórios sofreram 60 alterações por meio de projetos de lei e judicialização, enfraquecendo sua efetividade.

Em 2025, sete propostas ainda tramitam no Congresso Nacional e na Justiça e buscam reduzir territórios ou flexibilizar regras, abrindo espaço para exploração agropecuária, madeireira e mineral.

Caso sejam aprovadas, essas mudanças poderão impactar 13.448 km<sup>2</sup>, uma área nove vezes maior que o território da cidade de São Paulo.

**Fonte:** Comitê Chico Mendes, com base em informações da InfoAmaônia, Imazon, CNS e Jornal Varadouro.



## ÁREAS PROTEGIDAS MAIS AMEAÇADAS

Segundo dados do Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente), entre agosto de 2022 e julho de 2023, as áreas protegidas mais ameaçadas foram:

1. Resex Chico Mendes (AC) – Unidade de Conservação Federal
2. Parna Mapinguari (AM/RO) – Unidade de Conservação Federal
3. TI Trincheira/Bacajá (PA) – Terra Indígena
4. APA do Tapajós (PA) – Unidade de Conservação Federal
5. Flona do Tapajós (PA) – Unidade de Conservação Federal
6. TI Parakanã (PA) – Terra Indígena
7. APA do Lago de Tucuruí (PA) – Unidade de Conservação Estadual
8. TI Uru-Eu-Wau-Wau (PA) – Terra Indígena
9. do Aripuanã (AM) – Unidade de Conservação Federal
10. Flona do Iquiri (AM) – Unidade de Conservação Federal.

**Fonte:** Comitê Chico Mendes, com base em informações do Imazon.

## **RESEX CHICO MENDES: A ÁREA MAIS AMEAÇADA**



*Foto: Acervo Comitê Chico Mendes*

Segundo Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente) a Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, foi a área protegida mais ameaçada pelo desmatamento entre agosto de 2022 e julho de 2023.

Ela foi uma das primeiras unidades de conservação de uso sustentável do país e, desde 2018, lidera a lista das mais afetadas pela destruição da floresta na Amazônia. As informações fazem parte do estudo Ameaça e Pressão de Desmatamento de Áreas Protegidas, realiza-

do trimestralmente pelo Imazon desde 2016. O levantamento analisa o número de vezes em que a floresta foi derrubada — e não apenas a área total desmatada — para mostrar quais territórios estão em maior risco e precisam de ações urgentes para evitar novas perdas.

O estudo também observa se as ocorrências de desmatamento acontecem dentro da área protegida, o que é chamado de “pressão”, ou se ocorrem nos arredores, em um raio de até 10 km, o que caracteriza uma “ameaça”. Essa distinção ajuda a entender não só onde a floresta está sendo derrubada, mas também onde o risco está se aproximando.

No ranking geral das áreas mais ameaçadas, nove das dez já apareciam na edição anterior do estudo, o que mostra que o problema persiste. Seis dessas áreas são unidades de conservação federais, e metade está localizada no Pará.

A situação se repete quando se analisa a pressão direta dentro das áreas protegidas: novamente, nove das dez mais pressionadas já estavam na lista anterior.

A Reserva Extrativista Chico Mendes aparece em primeiro lugar nesse ranking. Já o estado do Pará é o que mais concentra áreas sob pressão, com oito territórios na lista. Entre eles está a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, em segundo lugar.

**Fonte:** Comitê Chico Mendes, com base em informações da InfoAmaônia, Imazon, CNS e Jornal Varadouro.

## NÚMEROS PREOCUPANTES DE DESTRUIÇÃO DA FLORESTA



*Foto: Ramon Aquim/WWF Brasil*

Conforme matéria do *Jornal Varadouro*, análises feitas com ajuda de inteligência artificial pelo Imazon mostram que o estado do Acre tem 685 km<sup>2</sup> de floresta que correm risco de serem desmatados.

Quase metade dessa área está em situação de risco médio. Entre as Unidades de Conservação da Amazônia Legal, a Reserva Extrativista Chico Mendes aparece com a segunda maior área ameaçada, com 71,55 km<sup>2</sup> em risco.

Depois de bater recordes de desmatamento entre 2019 e 2022, e registrar uma boa queda entre 2023 e o primeiro semestre de 2024, o Acre voltou a enfrentar números preocupantes de destruição da floresta. Essa é a previsão da plataforma PrevisIA, criada pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Segundo essa plataforma, o desmatamento no Acre pode atingir 683 km<sup>2</sup> em 2025. O estado só perde para o Pará, Amazonas e Mato Grosso. Recentemente, o Acre passou Rondônia no ranking dos estados que mais desmatam.

Na Amazônia Legal como um todo, o desmatamento previsto para 2025 pode chegar a 6.531 km<sup>2</sup> — um aumento de 4% em comparação com 2024.

Dos 683 km<sup>2</sup> de cobertura florestal sob risco de desmatamento no Acre, 363 km<sup>2</sup> são de risco médio; outros 34,54 km<sup>2</sup> estão sob alto potencial de serem derrubados, enquanto 222 km<sup>2</sup> são de risco baixo.

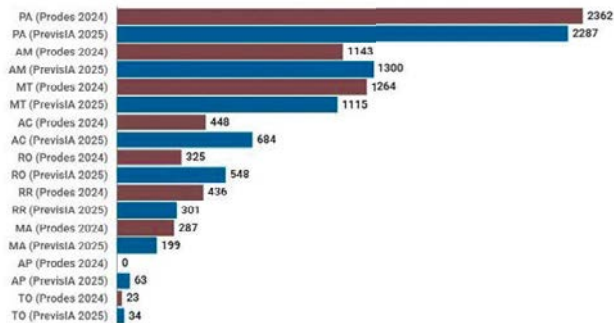
Entre as unidades de conservação de todo o bioma amazônico, a Resex Chico Mendes possui 71,55 km<sup>2</sup> sob risco de desmatamento, sendo 33,72 km<sup>2</sup> de risco médio. Nos últimos anos, a UC federal, localizada no sudeste do Acre, figura entre as recordistas em áreas derrubadas.

**Fonte:** Comiê Chico Mendes, com base em matéria do Jornal Varadouro.

### Comparação entre o desmatamento ocorrido em 2024 e a previsão para 2025 na Amazônia Legal (km<sup>2</sup>)



### Comparação entre o desmatamento ocorrido em 2024 e a previsão para 2025 na Amazônia Legal (km<sup>2</sup>) por estado



(Fonte: PrevisIA Imazon)

## UM LEGADO EXTRAORDINÁRIO

Kleyton Morais

Chico Mendes nos deixou muitos legados, aprendo sempre com eles. Não tem quem não conheça, hoje, o significado e a importância das Reservas Extrativistas, este extraordinário modelo de reforma agrária adaptado à realidade amazônica, inventado e defendido por Chico Mendes e seus companheiros e companheiras. Só mesmo um movimento enraizado na luta coletiva dos empates e dos sindicatos para dar ao Brasil um presente desses!

Mas, pra mim, que nasci baiano e tive em casa o exemplo de meu tio, Clodomir Morais, que lutou pelos direitos humanos e pela democracia em outra frente de resistência, além de seu coração generoso e de sua conduta solidária, o grande legado de Chico Mendes foi sua incrível capacidade de juntar, em uma só bandeira, a luta sindical, a luta política e a luta ambiental. Este foi um ensinamento que mudou nossa postura enquanto sindicalistas, não de agora, mas desde o Congresso da CUT de 1983.

Foi lá que, pela primeira vez, os sindicatos brasileiros foram chamados, por um seringueiro da floresta, vindo lá dos confins da Amazônia, para incorporar a pauta ambiental em nossas plataformas sindicais.

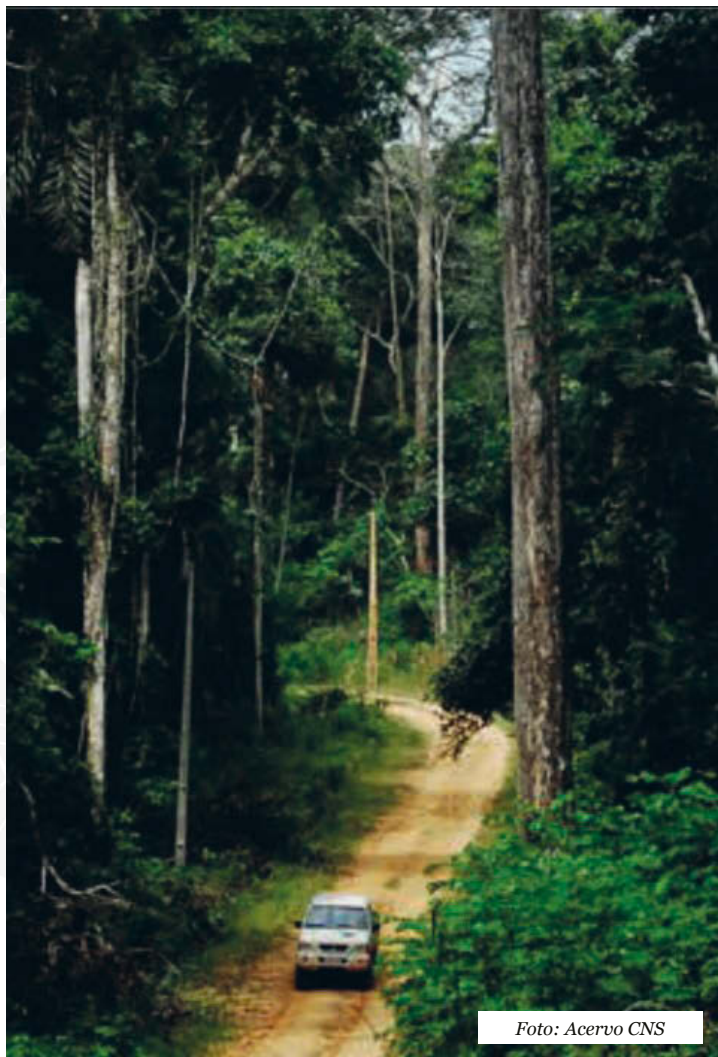
Hoje, 35 anos depois daquela morte anunciada, neste ano que o Comitê Chico Mendes, presidido por Angela, filha de Chico, nos convoca para um grande empate de retomada - das lutas, das conquistas, da participação militante na defesa do memória e do legado

deste luzeiro de coragem que nem um tiro de escopeta, disparado de tocaia, na calada da noite, conseguiu apagar -, eu vejo com esperança os tempos presentes e os tempos que virão; vejo com esperança a chegada de dias mais felizes, com todos e todas nós lutando por este mundo mais verde, mais saudável e mais sustentável que Chico Mendes ousou sonhar.

É hora, portanto, de arregaçar as mangas e de, com o mesmo espírito sereno, porém firme, com que Chico Mendes enfrentava a violência do latifúndio, não somente empatar os retrocessos, mas, sobretudo, seguir adiante, lutando por dias melhores para os Povos da Floresta e para todos os povos da Terra.

**Fonte:** “Vozes da Floresta”, 3ª edição, editora Xapuri, 2024.





*Foto: Acervo CNS*

## SITUAÇÃO ATUAL DAS RESEX

A proposta das Reservas Extrativistas cresceu e se consolidou desde a sua criação, em 1990.

Entre janeiro de 1990 e janeiro de 2020 foram criadas 95 Reservas Extrativistas federais e estaduais, protegendo uma área de 15,6 milhões de hectares.

Também foram criadas 39 Reservas de Desenvolvimento Sustentável com 11,4 milhões de hectares.

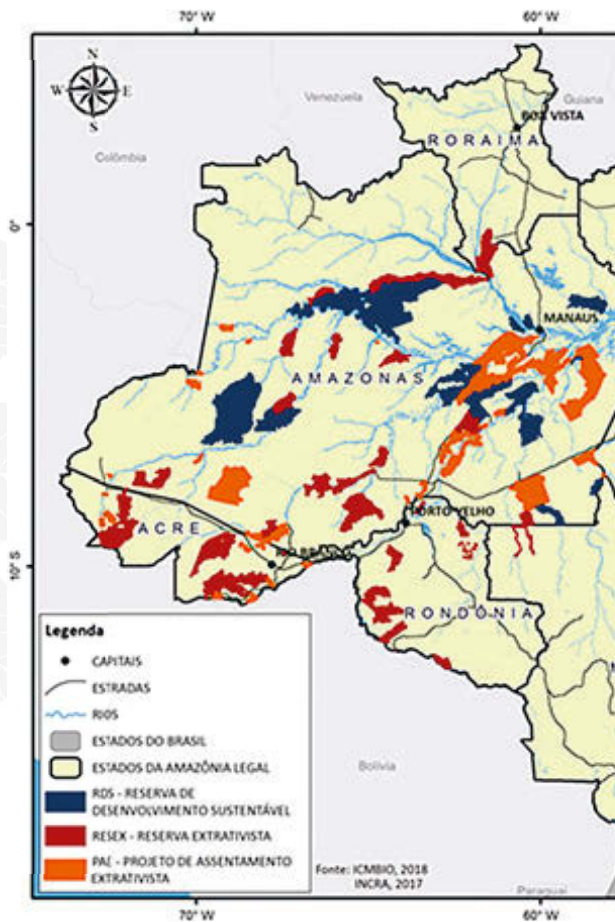
Em síntese, existem atualmente 134 unidades de conservação para comunidades tradicionais extrativistas, abrangendo 26,8 milhões de hectares.

Deve-se agregar, ainda, 381 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), com uma área de 10,8 milhões de hectares.

No total, são 515 unidades e 37,6 milhões de hectares sob gestão compartilhada entre Estado e comunidades, na Amazônia e outros estados do país.

**Fonte:** Os dados são do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e não consideram as Resex criadas nos últimos quatro anos.





*Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, federais e estaduais, e Projetos de Assentamento Extrativista na Amazônia, em 2018. Fonte: ICMBio/INCRA.*





*Foto: Leonardo Milano/Jornal Varadouro*

**SENADO FEDERAL**  
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

**Rafael André Vaz Chervenski**  
DIRETOR

**Luiz Carlos da Costa**  
COORDENADOR-GERAL

**Ricardo Abril Marinho**  
ASSESSOR TÉCNICO

**Rodrigo César de Melo Barbosa**  
GESTOR DE ATENDIMENTO

**Tatiana Nassif Derze**  
COORDENADORA DE PRÉ-IMPRESSÃO

**André Said de Lavor**  
COORDENADOR DE IMPRESSÃO

**André Luiz Rodrigues Santana**  
COORDENADOR DE ACABAMENTO E EXPEDIÇÃO

**Aloysio de Britto Vieira**  
COORDENADOR DE EDIÇÕES TÉCNICAS

**Márcio de Holanda Meireles Viana**  
GESTOR DE PRODUÇÃO

*A questão da Amazônia consiste na defesa dos Povos da Floresta. Consideramos a questão da Amazônia um problema sério, que não passa mais, hoje, pelo discurso, e sim pela prática que temos que desenvolver daqui pra frente. A Amazônia está ocupada. Em todos os recantos há indígenas, há gente trabalhando, tirando borraça e, ao mesmo tempo, lutando pela conservação da natureza. Queremos propiciar uma política que garanta o futuro desses trabalhadores [e dessas trabalhadoras], que há séculos vivem na Amazônia e a tornam produtiva ao mesmo tempo. Enquanto existirem índios e seringueiros na selva amazônica, há esperança de salvá-la. Esperamos que as pessoas que lutam em defesa da Amazônia possam realizar um trabalho que, de fato, consiga trazer uma esperança. Acredito que cada um [e cada uma] de nós tem uma missão e um compromisso muito importante em relação à defesa desta região. Essa luta não é só dos trabalhadores [e das trabalhadoras]: ela é de toda a sociedade brasileira.*

Chico Mendes

## PARCERIA



A partir de 1985, as Reservas Extrativistas ganharam expressão no cenário nacional e internacional, passando por amplo debate nos diferentes setores sociais (governos, partidos políticos, universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais), que deram visibilidade aos seringueiros protagonistas da proposta. Antes dessa “aparição”, os seringueiros eram vistos como seres fora do tempo. Mas, operando em redes sociais entrelaçadas, o movimento dos seringueiros inaugurou, na década de 1980 (ou desde os anos 70, com os empates), práticas políticas inovadoras, articulando várias entidades de mediação nos planos regional, nacional e internacional. A morte de Chico Mendes contribuiu para a instituição das Reservas Extrativistas na Amazônia – um de seus principais objetivos de luta, objeto também de várias pressões locais e opção de construir o seu destino como ser e como líder, de ter vida para lutar em defesa da vida: “Quero viver, para salvar a Amazônia!”

Chico Mendes é, no Brasil, o Patrono Nacional do Meio Ambiente. Portanto, nada mais justo do que destacar, na COP 30, a memória e o legado do maior ambientalista brasileiro de todos os tempos. Esta coletânea, “Chico Mendes na COP 30”, contribui com este objetivo. São livros simples, organizados a partir de depoimentos e textos escritos por companheiros e companheiras de Chico Mendes, ao longo do tempo. Que sua leitura possa envolver corações e mentes com a paz planetária um dia sonhada por Chico Mendes.



BAIXE GRATUITAMENTE  
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato  
digital acessando: [livraria.senado.leg.br](http://livraria.senado.leg.br)

SENADO FEDERAL

